



---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 4ª Sessão Ordinária / 13 de dezembro de 2023

## PREÂMBULO

---Aos **treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2023**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- Ponto 1** – Intervenção do público; -----
- Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----
- Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27/09/2023; -----
- Ponto 4** – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções 2024-2025, PPI e PPA, Orçamento, Norma de Execução Orçamental 2024) e Mapa de Pessoal para 2024; ---
- Ponto 5** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Concurso Montras de Natal de Belém 2023; -----
- Ponto 6** – Apreciação e ratificação da alteração do Regulamento do Espaço Ecológico; -----
- Ponto 7** – Apreciação e ratificação do Protocolo com a Associação Amigos Improváveis; -----
- Ponto 8** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Concurso Presépios de Natal 2023; ---
- Ponto 9** – Apreciação e ratificação do Regulamento Programa “Escolas com Voz” para o ano letivo 2023/2024; -----
- Ponto 10** – Apreciação e ratificação do Regulamento do PsicoBelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém; -----
- Ponto 11** – Apreciação e ratificação do Regulamento Interno dos Campos de Férias – Infância, Jovens e Seniores; -----
- Ponto 12** – Apreciação e ratificação do Regulamento Interno do Campo de Férias Pré-Escolar; ---
- Ponto 13** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental; -----
- Ponto 14** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS), e secretariada por António Pedro da Fonseca Delicado (PSD), Primeiro Secretário, e Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

- Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----
- Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----
- Gabriel Batista Fernandes, em substituição de Diogo Afonso de Belfort Henriques (CDS-PP)---
- Maria da Conceição Spencer Matoso, em substituição de Filipa Machado Vaz (CDS-PP)-----
- Isabel da Conceição Ramos, em substituição de Patrícia Sacramento Campos (PS)-----
- Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----
- Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----
- Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----
- Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----
- João Gomes, em substituição de Ana Mafalda Sim-Sim Neves (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

## PONTO 1 – Intervenção do público

### --- Gonçalo Matos (Municípe) ---

Agradecer esta oportunidade aqui na Assembleia de Freguesia, de poder colocar duas questões, ambas relacionadas com uma área de Governo que é cara a todos nós, que é a mobilidade.

A primeira questão é mais uma saudação e um pedido de informação, porque, de facto, tomei conhecimento que a Carris levou a cabo um estudo que abrange todas as carreiras de bairro da cidade – a carreira de bairro, no caso da nossa freguesia, é a 79B – foram propostas uma série de alterações que colocavam fora do percurso alguns bairros, ou bairro, da freguesia, consoante cada uma das opções.

E eu, no fundo, queria começar por louvar a proposta – neste caso, contraproposta – da Junta, que acolheu uma série de contributos importantes, e saber, no fundo, se este processo já se desenvolveu, ou seja, se há alguma decisão final. Mas, daquilo que tomei conhecimento, independentemente daquilo que for o ponto de situação da Carris em si, louvar aquilo que foi a posição do Executivo em relação a esse tema, porque é uma rede muito importante, é um transporte que vai onde todos os outros da rede principal, da chamada Rede 7, não conseguem chegar.

Depois, passar para o segundo tema, relacionado com o estacionamento, e em particular o estacionamento no Bairro do Careca, que é um tema que tem sido muitas vezes polémico, no meu entendimento, sem necessidade. E explico por quê: há uns tempos, numa tentativa de cooperar na resolução do problema, foi apresentada uma proposta com esse espírito. Ora, na verdade, hoje, aquilo que se percebe é que essa proposta veio mais complicar do que ajudar. Por quê? Porque a Junta tinha em curso uma iniciativa para resolver o problema; entretanto, como nestas matérias a Câmara tem sempre de se pronunciar, e tem uma série de interações internas que são demoradas, acabou por não acontecer nada até hoje.

E eu devo confessar que me sinto – e todas as pessoas que estiveram envolvidas – embora não tenha sido feito com o objetivo de atrasar o que quer que fosse, bem pelo contrário, de facto, atrasou.

E, chegados aqui, soube também recentemente que, embora o tema tivesse sido abordado agora, no início do ano letivo, até junto da Câmara, o tema está só agora, em dezembro, passados mais de dois meses, a voltar a ser debatido, e com uma série de pormenores que me causam espanto.

E portanto, aquilo que eu pedia ao Sr. Presidente do Executivo, e que penso que, se calhar, está alinhado, é que se regressasse atrás, se desse um passo atrás, para dar dois em frente. Isto é, a Junta de Freguesia tem condições para, com o seu conhecimento hiperlocal do bairro, tomar uma decisão em relação ao estacionamento. Pode essa decisão não ser definitiva, isto é, pode ser aquela perspetiva que o Sr. Presidente tinha, e que expressou aqui numa Assembleia, que era tomar uma medida imediata, de baixo custo, na base dos sinais verticais, para mais à frente, um

dia, sendo possível, executar uma obra já mais estruturada e musculada, podermos avançar com essa solução definitiva. Mas, entretanto, o que é facto é que não acontecer nada é prejudicial.

E portanto, como a solução de baixo custo eventualmente – e isto é já também um contributo que dou, uma sugestão que faço – ao abrigo dos contratos de delegação de competências, no tema da mobilidade, uma solução de baixo custo que recorresse principalmente a sinais, sinais verticais, que a Junta está habituada a manter na freguesia, passasse aqui por reservar aquele dito corredor – o corredor entre os muros das casas e os carros – que permitisse, por agora, resolver a situação, e depois, com tempo, e dispensando agora a burocracia da Câmara, mas retomando-a depois, para uma intervenção que verdadeiramente valha a pena, possa a Junta avançar, a breve trecho, com os seus próprios meios, e com participação natural da Câmara, mas resolver, em parte, o problema.

Eu acho que isto é a solução mais sensata, mesmo para quem fez um grande esforço, como eu fiz, para tentar fazer uma proposta que fosse construtiva. Na verdade, nós temos de ser realistas, e atrasámos mais do que acelerámos.

E portanto, eu deixo esse tema do estacionamento do Restelo ao cuidado do Executivo.

**--- Mafalda Farmhouse (Munícipe) ---**

Eu penso que dois minutos vão chegar. Eu só quero fazer uma pergunta, que tem a ver com a requalificação dos jardins das praças – da Praça de Malaca, de Damão, de Goa. A de Goa até está razoável, por acaso; as outras é que estão uma desgraça.

Dado que aquilo são jardins projetados pelo Arq.º Ribeiro Telles, e muito bem construídos, apesar de alguns estarem bastante degradados – mas isso, pronto, é a falta de manutenção ao longo dos anos – eu gostava de saber como é que vão ser feitas essas requalificações. Uma requalificação de um espaço destes carece de um projeto feito por um profissional habilitado, a obra tem que ser fiscalizada também por alguém com habilitações, não pode ser pegar numa equipa de jardineiros e pedreiros e dizer “olha, agora faz assim”, não pode ser.

Eu gostava de saber o que é que a Junta de Freguesia pensa em relação a isso, como é que vai concretizar esta requalificação dos jardins.

Era só para fazer esta pergunta.

**--- Joaquim Couto (Munícipe) ---**

Na última Assembleia em que estive presente, tentei por palavras demonstrar ao Sr. Presidente da Junta a minha preocupação sobre os cruzamentos e entroncamentos à entrada e saída do Bairro de Caselas, nomeadamente nas horas de ponta, com os colégios. E o Sr. Presidente, na altura, respondeu-me que era um privilégio termos colégios na freguesia.

Bem, eu sei que é um privilégio termos colégios, e de alguma monta, na nossa freguesia, é verdade. Mas, também – e hoje fiz um *draft* de um mapa da nossa freguesia, em que, de acordo

com o Código da Estrada, trouxe aqui alguns exemplares para mostrar a todos os presentes que, penso que a baixo custo, se conseguia cumprir o Código da Estrada, que era nomeadamente fazer aquelas chamadas “zebras” amarelas, aquilo que impedia que aquelas pessoas que são prevaricadoras na sua condução, que entupam – e desculpem a expressão – entupam os cruzamentos, não respeitam os sinais amarelos – e eu tirei a carta de condução há muitos anos, como algumas pessoas aqui, e as que não tiraram há muitos anos, também o Código é o mesmo – o amarelo é para parar, não é para ficar lá em cima.

E eu volto a insistir nisto: será que é da responsabilidade da Junta de Freguesia, será que é da Câmara Municipal de Lisboa, será de quem é. Agora, acho que, a baixo custo, se fazia aquilo que eu pus – e está bem explícito, eu acho que não há nenhuma pessoa que consiga olhar para isto e que não perceba aquilo que eu quero transmitir à Junta de Freguesia. Se houver algumas dúvidas, eu posso colaborar ainda mais, não a meus custos, mas arranjar uma comissão que custeie esta questão. Porque não são mais semáforos, não é Polícia Municipal, não é nada. Agora, a responsabilidade, não sei se é da Junta, se é da Câmara, mas a Junta de Freguesia é aquela que está mais próxima de mim, que sou freguês.

E agora diretamente ao Sr. Presidente da Junta, pergunto: isto é responsabilidade da Câmara, ou é da Junta? Não sei se me vai responder agora, ou se não. Mas, se não responder agora, resolva a questão, porque agora vem a época de natal, não temos escolas, não temos nada, mas quando voltar em janeiro, vamos voltar a ter o mesmo problema, que é que os semáforos abrem, fecham, abrem, fecham, os autocarros 23, e todas as outras carreiras que servem o Bairro de Caselas ficam entroncados, quem quer sair do bairro não consegue sair do bairro, quem quer entrar no bairro não consegue entrar no bairro – acho que isto é um *simplex*, é simples de resolver.

### --- Presidente do Executivo ---

Antes de mais, fazer uma saudação muito especial, cumprimentá-los a todos, estamos agora na altura do natal, e fazer aqui uma saudação ao público presente, e a todos aqueles que nos estão a ouvir pela Rádio Freguesia de Belém, que estamos em direto, a ser transmitido, a única rádio comunitária de Lisboa, e que ajuda a que estas reuniões possam, realmente, ir a um maior número de pessoas, para participarem e para estarem atentos ao que se vai passando na nossa freguesia.

Quanto ao Gonçalo Matos, que veio aqui falar sobre algumas destas matérias – que eu reconheço, aliás, grande autoridade e sabedoria nestas matérias, e é uma pessoa que está, no âmbito do grupo “Vizinhos de Belém”, bem dentro dos assuntos, e tem tido um belíssimo relacionamento com todas as forças, nomeadamente também com a Junta de Freguesia e com a Câmara, e com quem temos tido uma belíssima relação, em vários aspetos. Nem sempre estamos de acordo com tudo, como é evidente, mas no essencial, acho que estamos sempre de acordo, de uma forma geral. É uma pessoa que participa de uma forma muito honesta em todas estas matérias.

Quanto à questão da mobilidade, o estudo diversificado, de facto, está a haver esse estudo. A própria Carris, neste momento, está a fazer algumas situações, não da forma ideal, que nós gostaríamos que fosse. Temos apalavrada uma reunião com a Carris, para executar aquilo que ficou decidido, salvo erro, em setembro, também com as carreiras do bairro, mas não só. Por

exemplo, já houve aquela alteração, que há agora todos os dias uma carreira que sai do Alto do Restelo e vai até Xabregas, de meia em meia hora, até às cinco da manhã, por exemplo. Não fomos tidos nem achados, enfiaram essa carreira, o que é positivo, mas deviam-nos ter dito alguma coisa. E eu não aceito isso, ainda por cima a Carris é da Câmara.

Ainda amanhã, a meio da manhã, irei ter uma reunião com o Sr. Vice-presidente da Câmara, que é o responsável pela mobilidade, e vou frisar esse nosso descontentamento com essa forma como a Carris está a fazer, e não só, porque a Carris é uma companhia que tem que prestar serviço à população, não pode ver só uma questão economicista. E nós negociámos a carreira do bairro, obviamente que se tem que fazer depois reformulações, com certeza, mas nunca conseguimos que a Carris fosse mesmo até ao Hospital S. Francisco Xavier – já não estou a dizer que fossemos até à Investigação Criminal da Polícia, que é no Forte do Alto do Duque, mas pelo menos naquela rotunda, possa fazer ali. A Carris não consegue, porque os autocarros não dão ali a volta. Eu não acredito, já disse para irmos fazer o percurso em conjunto, porque os autocarros até não são muito grandes, os da carreira do bairro.

E por isso mesmo, estamos agora para marcar, porque nós não concordámos com uma proposta da Carris, em que pretendiam pôr Caselas – Caselas mais uma vez não existia. Quer dizer, nós pusemos a carreira do bairro a passar por Caselas, e dizem que é muito difícil, porque ninguém em Caselas utiliza a carreira do bairro, aquilo e acolotro, e eu disse “nem pensar nisso”. Caselas é parte integrante desta freguesia, e portanto, tem que ficar ligada pela carreira do bairro. Não contem comigo, é que nem pensem. Pronto, e de maneira que aquilo foi tudo abaixo.

Também não me conformo com aquela questão de não poder ir até ao Hospital S. Francisco Xavier e dar a volta naquela rotunda. Não deixem os carros estacionar na rotunda, que isso é que pode impedir que possa dar ali a volta, porque há muita gente a ir para o hospital e a ir para a Investigação Criminal da Polícia, para os inquéritos, são muitas pessoas.

Mas, há mais reformulações que foram feitas, até mesmo agora, com a Carta Educativa de Lisboa, que está a ser estudada, há a hipótese de a Escola Marquês de Pombal passar a fazer parte do Agrupamento de Escolas de Belém, e por isso mesmo, teria que ficar também com uma carreira ali a passar perto – podia ser pela Rua do Embaixador até à Rua Alexandre Sá Pinto, naquele sítio já servia a Escola Secundária Marquês de Pombal, e a Escola da Casa Pia, ali o Colégio Nuno Álvares, ali naquela zona também, por exemplo. E aquela zona ficava mais coberta, e depois vinha pela Rua da Junqueira. E são coisas que estão pendentes, não as vamos largar.

Quanto a esta parte da mobilidade, para nós é fundamental.

Obviamente, depois, esta questão da mobilidade põe-se toda também relacionada diretamente com o projeto do Alto do Restelo, que está a ser estudado, nas suas várias componentes, mas tem que ser visto sempre em conjunto com toda esta história, não só, mas também da mobilidade, que é fundamental. Todas as pessoas que vão viver lá para cima, ao contrário do que se dizia no anterior projeto, todas vão ter um carro – há vários preços, mas toda a gente tem um carro, hoje em dia é uma necessidade para qualquer pessoa. Portanto, não vamos pensar que ninguém vai

ter carro, como se meteu naquele estudo, que pelo menos um terço das pessoas, não era previsto ter carro. Isto é feito por poetas, às vezes, estes projetos, mas devem ser feitos por arquitetos.

Por isso mesmo, temos aqui várias questões da mobilidade para ver, que para nós é muito importante a questão da mobilidade. Por isso mesmo é que também ainda não achámos que fosse a altura adequada de a EMEL entrar aqui na freguesia, a não ser em casos muito especiais, como foi aquele parque lá em baixo, junto ao Jerónimos, ali o parque que têm junto ao Jardim Vasco da Gama, para uma pessoa que quer ir almoçar ali àquela zona central, poder ir às esplanadas, e pôr o carro uma ou duas horas, sem problema. Aquilo antigamente era um *stand* de automóveis, e neste momento está a funcionar bem. Mas, são situações especiais, o resto não vale a pena. E já tive várias pessoas que ficaram contra essa medida, e eu a todas respondi a mesma coisa: “Escolha dia e hora, à noite, de manhã ou à tarde, e vamos ao sítio onde o senhor diz, partimos aqui da Junta e vamos lá.” Há sempre lugares para estacionar.

Portanto, não estou a dizer que, mais tarde, não possa ser necessário; para já, não há necessidade de aqui termos a EMEL, só vinha estragar aqui a mobilidade, aqui na nossa zona.

Quanto ao estacionamento do Bairro do Restelo, posso dizer-lhe que ainda há menos de uma semana – aliás, liguei para si a explicar o que se passou – voltou tudo lá para baixo. Senti-me quase ofendido, recebi um projeto da Câmara a dizer: “Até dia 22 responda, ou então vai avançar...”, tal e tal. E eu disse, estão a brincar. Falei com a Câmara, foi tudo por aí abaixo. Aguardar com calma, serenidade. Esse projeto rebentava praticamente com metade dos estacionamentos que existem. Não posso brincar com as pessoas do bairro e as pessoas da freguesia, tenho muito respeito pelas pessoas. O bairro foi feito numa altura em que pouca gente tinha carro, hoje toda a gente tem, é uma necessidade, não vamos ocultar essa necessidade. Vão, depois, estacionar a Alcântara, depois voltam para cá a pé, ou vão estacionar ali em Oeiras. Não, vamos lá ver se nos entendemos.

E hoje, realmente, quem está muito mais atrapalhado até é gente de fora do bairro, acho piada. Acho que toda a gente tem direito a opinar, mas, de preferência, as pessoas que vivem ali. Pronto.

Eu também gostava de ajudar a melhorar essa situação, mas não é à custa do bem-estar destas pessoas. E por isso mesmo, eu acho que seria uma boa ideia, realista – falou numa situação realista – há ali alguns fundamentalistas, às vezes, que não querem, mas eu acho que, de facto, se conseguíssemos ali fazer, só em três ruas – na D. Cristóvão da Gama, na Tristão da Cunha e na S. Francisco Xavier, que faz aquele “S” – se puséssemos um sinal só a permitir duas rodas em cima do passeio, permitindo que as pessoas passem com uma cadeira de rodas, um deficiente, pelo passeio, para já era melhor, porque isso continua. Eu moro ali há sessenta e sete anos, desde que nasci, e sempre foi assim. E portanto, aquilo, de vez em quando, está dependente de um ar bem-disposto de um Polícia Municipal, ou não, de começar a multar algumas pessoas, porque não estão a cumprir o Código da Estrada. E então, para fazermos eventualmente como se fez na Avenida do Restelo, enquanto não houver dinheiro para fazer os recortes naqueles passeios, temos essa hipótese provisória, como existe noutras zonas da cidade, excecionalmente, enquanto vamos estudando outras formas que não penalizem tanto as pessoas.



Não nos podem acusar de não colaborarmos nos parques de estacionamento, a própria Junta fez, ela, diretamente, dois, já, um ao pé do Instituto Universitário Militar, e outro ao pé do Colégio do Bom Sucesso. Quer dizer, vamos tentando fazer isso, mas acho que a Câmara tem que estar preparada para nos devolver parques de estacionamento que tirou à população, nomeadamente no Alto do Restelo, ao pé das torres, continua lá a sucata da polícia, e continuamos sem ter esse parque. É uma vergonha, e estamos a tratar isso com a Câmara, com garantias de que vai ser resolvido em breve, já demos algumas alternativas, mas ainda não está resolvido, para nosso grande desgosto.

A história do estacionamento no Bairro do Restelo, quando recebi aquele ofício, há quatro dias, não gostei nada mesmo – nada, nada – senti-me a ser chantageado, foi a expressão mesmo. O Vice-presidente deu-me razão, até tentou saber quem é que fez aquilo, quem é que nos pôs aquilo na nossa bandeja, já lhe disse como é que aquilo apareceu, e depois ninguém se acusa, mas estão lá umas assinaturas – eletrónicas, mas estão.

Portanto, houve ali qualquer coisa estranha. Aquilo dá ideia – e eu disse mesmo: “Então, agora são os Vizinhos de Belém ou a AMBEX que estão legitimados pelo voto popular, para substituírem a Junta de Freguesia? Mas, o que é isto?” Mas é que de nenhuma forma. Aceito, e tal, mas não aceito substituições. Vão às eleições, se quiserem, mas não nos substituem.

E por isso mesmo, eu, nesta parte, achei que não era oportuno, para já, desta forma. Por quê? Porque quero, nesta sala, ou numa maior, se calhar, fazer uma auscultação à população, deixá-los falar sobre o que é que pretendem fazer ali no Bairro do Restelo. E quero que esteja aqui gente da Junta e da Câmara a assistir. Quero ouvir as vozes das pessoas. E quem entrar vai ter nome e morada, para saber, depois, quem está mais preocupado com o Bairro do Restelo, lá em baixo, se são as pessoas das torres, ou de Caselas, ou da Junqueira – pode ser uma surpresa interessante. Obviamente, as outras pessoas, quando se sentirem ultrapassadas, vão aparecer depois, quando sentirem que não têm sítio para estacionar.

Mas, de qualquer forma, é uma fase prévia que eu acho que se tem que deixar passar, como já fizemos noutros sítios. No outro dia, ali por causa do estacionamento, lá em cima, na zona do Galvão, e noutro dia o estacionamento na Alexandre Sá Pinto, e noutro dia o estacionamento ali ao pé do Bairro dos Merinos, fizemos tudo isso. Isto também tem que passar por essa fase, e depois vamos ver.

Agora, não é cortando ali à cega. E eu estou à vontade, porque tenho dois veículos para estacionar dentro do meu jardim, atenção. Estou à vontade, declaração de interesses.

Agora, nesse aspeto, estamos com isto bem cientes da importância, como é evidente, mas temos de ser realistas. E eu continuo a dizer, em política é muito importante sermos realistas, porque senão íamos começar a ser poetas, e sei lá mais o quê. Estamos aqui com coisas concretas, resolver os problemas da população, mais prementes, para dar a maior possível qualidade de vida às pessoas.

Mafalda Farmhouse, boa noite. Requalificação dos jardins das praças: bem, os jardins das praças, há um que está muito bom, que é o da Praça de Goa, que já foi arranjado pela Câmara, é o máximo. No outro dia, houve alguém que se queixou muito desse jardim, a Assembleia Municipal deslocou-se aqui, ficou tudo de boca aberta – “se eu tivesse um jardim destes lá na nossa freguesia” – haviam de ver os meus colegas deputados municipais a falarem com os petionários sobre aquela matéria. Estava lá com a minha colega Helena, assistimos àquilo, bem, foi uma risota completa.

Claro, fizemos lá uns pequenos acertos, pronto, e ainda vamos fazer mais um ou outro, mas, de resto, está fantástico o da Praça de Goa.

Os outros precisam de ser reabilitados. Para isso, já concretizámos uma delegação de poderes, está na delegação de poderes com a Câmara Municipal de Lisboa – acho que tem conhecimentos na Câmara – e portanto, temos um protocolo de delegação de competências já aceite pela Câmara, com base nos projetos que já existem na Câmara. Como é certo, aquilo são pracetas de qualidade e de autor, do Arq.º Ribeiro Telles, muito bonitas, cada qual à sua maneira. Temos estado a fazer a manutenção possível. Não me envergonho nada, não estão assim em tão mau estado como dizem. Vamos fazendo a manutenção, algumas pedras estão mais levantadas que outras em alguns casos, mas é um jardim. Podem ser melhoradas, e é isso que nós vamos fazer, e está previsto no nosso programa, agora para 2024, mas sempre em ligação com a Câmara, porque, realmente, são jardins muito bonitos e qualificados.

Sr. Joaquim Couto, o Bairro de Caselas, já falámos nisto várias vezes. Bem, isto não é só uma realidade de Caselas – nem só de Caselas, nem só de Belém, nem só de Lisboa, mas de outras cidades também. Quando são as horas de ponta – nós temos muito isto em Portugal, temos horários muito ao mesmo tempo, e aqui, realmente, as horas das escolas, é uma loucura, às quatro e tal, cinco da tarde, quando as pessoas vão buscar as criancinhas à escola, são as filas de carros, e é até perigoso, por causa do trânsito.

E aqui, acontece a mesma coisa, há uma série de escolas. Mas depois, acontece outra situação: toda essa localização está prevista com N projetos já da Câmara, uns do urbanismo, outros da mobilidade – até aconteceu uma coisa interessante, houve uma altura em que os projetos estavam feitos, e não encaixavam uns nos outros, por isso é que ainda nunca nada se fez. Mas, aliás, posso dizer-lhe que só naquele sítio onde está para o Hospital Egas Moniz, e até lá ao fundo, à Estrada de Queluz, estavam previstas três rotundas até lá – três rotundas. Está a ver? Aquilo era uma alegria, só faltava depois uma estátua em cada rotunda até lá.

Mas, de qualquer forma, isso está a ser analisado pelos técnicos da Câmara, já há muitos anos, estão previstas várias coisas ali. Ainda amanhã, às dez e meia da manhã, já lhe disse, vou ter uma reunião na Câmara, precisamente uma coisa que liga a isto, porque é o LIOS. O LIOS é o tal Metro de superfície que vem desde Alcântara até Oeiras, e vai passar por essa zona, precisamente por essa zona – como, aliás, vai passar por aí, vai ter que haver ali alterações, necessariamente. E o LIOS não é uma coisa que vai demorar tanto, tanto, como se fosse um Metro subterrâneo, porque

vai ser mais rápido. E por isso mesmo é que amanhã, eu, com os meus colegas de Alcântara e da Ajuda, vou estar com o Vice-presidente da Câmara, a tratar disso, de manhã. E isto vai ter necessariamente implicação nisto, na sinalização, nos cruzamentos. Ali já morreram algumas pessoas, já foram feitas ali umas coisas por cima, em alguns sítios tem os sinais amarelos, mas olhe, não vá por aí, eu conheço vários sítios com sinais amarelos, e não é isso que resolve. Vou já dizer-lhe um, na Avenida da República com a Avenida de Berna, por exemplo. Eu passo por ali várias vezes para ir para a Assembleia da República, e desculpe, a quantidade de vezes que uma pessoa fica no meio do amarelo, e não é o amarelo que impede isso.

Portanto, toda a gente sabe que a situação é difícil, já tínhamos uma ali na Avenida do Restelo, quando estava lá o Mira Rio, temos ainda lá em baixo, na Rua Bartolomeu Dias, com o Colégio do Bom Sucesso – aconselho-vos a irem lá, perto das cinco horas. Por isso é que não é só lá em cima, naquela zona. Mas, de qualquer forma, o Bairro de Caselas, que eu saiba, tem duas saídas de carros – uma mais lá ao fundo, na Avenida da Igreja, e outra pela Sam Levy. Portanto, tem duas, não ficam bloqueados, se não tivessem uma, tinham a outra para fugirem.

Mas, digo claramente, não é para fugir, é da Câmara. Claro que é da Câmara. Repare uma coisa: isto há a reforma administrativa de Lisboa, às autarquias, as autarquias, além das regionais, das regiões autónomas, existem, depois, os Municípios e as freguesias. Aqui, a reforma administrativa de Lisboa, entre o Município e as freguesias, as vinte e quatro, existe uma complementaridade muito grande. Nós ficámos com competências próprias – é a única situação no país, que é uma Lei só para Lisboa, que põe as Juntas de Lisboa com competências que praticamente várias Câmaras têm.

E por isso mesmo, nós aqui em Lisboa temos muitas competências. Mas, essa, precisamente, da sinalização, e disso tudo, é da Câmara. Temos uma coisa, de facto, que é pintar as passadeiras, isso é uma competência nossa. Há uma outra que ainda não temos, que é daquelas linhas dos lados das estradas, mas estamos a ver se conseguimos acertar com a Câmara esse tipo de situação.

Mas, fez muita ênfase sobre de quem é a responsabilidade, claro que é da Câmara, quer pelo asfalto, quer pelo próprio trânsito. Nós aí temos só algumas responsabilidades, que são nos passeios, isso é connosco.

É evidente que nós não vemos isto de uma forma muito fechada; nós resolvemos de uma forma ampla, e no diálogo, e sentimos que há complementaridade, e que é mais fácil para os senhores falarem com a Junta, porque não apanham ninguém na Câmara, é mais difícil. Pois, mas têm que ter noção que cada macaco no seu galho, isto é, nós temos umas funções, a Câmara tem outras, mas estamos em ligação. E com esta Câmara agora temos uma ligação muito especial, porque neste momento nos dão ouvidos, não fazem as coisas à nossa revelia. Para isso, já temos Estações GIRA que estão há três anos – dois com este Executivo, e um anteriormente, que fez a coisa mal, mas já mudámos uma estação que estava mal colocada, a tirar estacionamento à população, e ainda temos mais três para tirar, e ainda não temos Estações GIRA aqui nesta freguesia, porque a Câmara anterior, à nossa revelia e premeditadamente, fez tudo à socapa, para

ver se conseguia cumprir os objetivos que eles tinham. E por isso mesmo, vamos perder milhares de euros a retirar de onde estavam para pôr noutros sítios, em que não penalizem a população, em que fiquem as bicicletas à disposição do povo, e não fiquem a retirar lugares de estacionamento. Falta retirar a do parque de estacionamento, que são quase uns quinze lugares de estacionamento que tiraram, ali ao pé de Algés, mais uns outros no Alto do Restelo, aqui na Avenida da Torre, e mais uma outra ao pé da Cordoaria. E já temos locais para aquilo, mas depois as próprias pessoas vinham dizer que ali não pode ser, porque há aquilo e acoltro, passam uns fios por baixo, e passam os fios para o lado. Mas, é engraçado, os mesmos técnicos que fizeram a borrada anterior.

Portanto, a Câmara já está atenta a isso, já sabem que havia umas tentativas de boicote, e estamos a conseguir, e vamos conseguir, em breve, resolver isso.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Eu queria só fazer dois comentários sobre isto.

Um é para dizer a dois dos fregueses que vieram falar aqui sobre questões de mobilidade que nós, ou o eleito do PCP na Assembleia de Freguesia vai hoje apresentar uma proposta para a realização de uma Assembleia Extraordinária dedicada justamente às questões da mobilidade, da mobilidade sustentável e dos transportes. E eu creio que se esta proposta for aceite, acho que a realização de uma sessão extraordinária sobre esta matéria é mais do que oportuna, nomeadamente por tudo aquilo que já foi aqui dito por todos os intervenientes.

Algumas das questões que aqui foram referidas pelo Gonçalo Matos são-nos estranhas, são matérias que envolveram fundamentalmente a Junta de Freguesia, mas há um reparo que ele faz, e que eu gostaria de sublinhar. E o reparo é da oportunidade – agora a expressão é minha – que a freguesia perdeu na mobilização dos recursos dos contratos interadministrativos de delegação de competências para a resolução dos problemas de mobilidade que as populações identificam.

Isto sugere-me a ligação a uma observação que nós próprios fizemos na sessão da Assembleia de Freguesia, quando foi aprovado o contrato interadministrativo de delegação de competências, onde criticámos e lamentámos o facto de este processo não ter envolvido um processo de participação. Isto é, o processo de construção do contrato de delegação de competências, que vai mobilizar 1.500.000€ para a freguesia, foi feito sem ter havido qualquer processo de discussão ou de audição das populações sobre as preocupações que elas têm, sobre o que é que se poderia fazer sobre esta matéria.

É um registo que eu creio que as intervenções que hoje vieram aqui à Assembleia testemunham que o nosso comentário estava correto.

## PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

---

Então, o Partido Socialista apresenta aqui um voto de pesar. É um voto de pesar que previamente a esta Assembleia teve algumas conversas com outros eleitos, mas eu vou apresentar aqui a moção que apresentámos, e depois os eleitos farão os reparos que acharem importantes, e depois fazemos as alterações que acordámos, penso que é a melhor metodologia.

Eu vou passar a ler.

**Voto de Pesar – “Pelos vítimas do conflito Israelo-Palestiniano”**

*“O conflito Israelo-Palestiniano reveste-se de uma extrema complexidade que requer um cuidado especial nas tomadas de posição políticas. Por essa razão, é importante guiarmo-nos pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.*

*Não é demais reafirmar que quaisquer atos de terrorismo são injustificáveis e criminosos, independentemente das suas motivações, como foi o caso do horrível ataque, em grande escala, do grupo terrorista Hamas, ao povo de Israel, no passado dia 7 de outubro.*

*Importa também distinguir que o Hamas, grupo terrorista, não representa o povo palestino, e não pode ser confundido com a Autoridade Palestina. O Hamas é um grupo terrorista que usa o povo palestino para impedir a existência de dois Estados, nomeadamente o Estado de Israel.*

*Condenamos o assassinato de civis em Gaza pelos implacáveis bombardeamentos por parte das forças israelitas. As vítimas são, na sua esmagadora maioria, crianças e mulheres, sem qualquer papel neste conflito.*

*O povo palestino sofre há cinquenta e seis anos por uma ocupação israelita sufocante, que destruiu, ao longo destas décadas, dezenas de milhares de vidas. Com as vidas, também a esperança numa solução pacífica e política vai desaparecendo.*

*Preocupam-nos as claras violações do direito internacional humanitário que temos testemunhado em Gaza. As guerras têm regras, e têm de ser cumpridas dos dois lados.*

*É consensual na comunidade internacional que para este conflito só se vislumbra a solução da existência de dois Estados, num processo que não pode ser bélico, mas sim político, garantindo a paz e a subsistência dos dois povos, assim como o respeito pelas fronteiras reconhecidas internacionalmente.*

*Instamos a imediata e incondicional libertação de todos os reféns civis e um cessar-fogo que poupe vidas e sirva como base para uma solução política para a existência de dois Estados.*

*Assim, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Belém propõe que este órgão, na reunião de 13 de dezembro, aprove um voto de pesar pelas vítimas do conflito entre o Hamas e Israel, e guarde um minuto de silêncio em sua memória.*

*Uma vez aprovado, o presente voto de pesar deverá ser remetido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, à delegação diplomática da Organização para a Libertação da Palestina em Portugal, e ao Chefe da Missão Diplomática da Palestina, assim como à Embaixada de Israel em Portugal.”*

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

De facto, este voto de pesar que aqui o PS nos apresentou é um dos momentos que deveria ser revertido no ano de 2024.

Foi-nos apresentado, há meia hora, uma hora, se tanto, este documento, e, enfim, o PSD, analisando este documento, tem aqui algumas conotações políticas contra um Estado, e que, enfim, o PSD não se pode rever nestas conotações políticas contra um Estado. A Assembleia de Freguesia não é o fórum correto e certo para analisar este tipo de situações; são, de facto, muito delicadas, preocupantes, e não me parece ser este o fórum ideal.

Contudo, todos nós estamos preocupados – nós, Assembleia, o povo português, internacionalmente, estamos todos preocupados com este conflito. Refiro que o título é “Conflito Israel – Hamas”, apesar de ter lido “Conflito Israelo-Palestiniano”, não é o caso, e depois há aqui uma certa incongruência no texto que foi apresentado.

Pelo PSD, se forem expurgados deste documento os parágrafos, começando com “*Condenamos o assassinato de civis em Gaza...*”, e o seguinte, “*Preocupamo-nos com as claras violações...*”, se estes dois parágrafos forem retirados, logicamente estamos de acordo em votar este voto de pesar, porque é, de facto, aquilo que, acho eu, todos nós queremos fazer. E nesse caso, estaríamos de acordo em fazer este voto de pesar, e subscrever este voto de pesar, com a eliminação destes dois parágrafos.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

No perímetro urbano de Belém há uma avenida que se chama Avenida das Crianças, e tem setecentos metros de extensão. Belém, num guia de identificação, é apresentada como: “*Belém é uma cidade localizada na parte central da Cisjordânia, com uma população de trinta mil habitantes, é a capital da província de Belém, na Palestina, ocupada pelo Estado de Israel, e um centro de cultura e de turismo do país.*”

De Belém, em Lisboa, a Belém, na Cisjordânia, na Palestina, distam cinco mil, novecentos e vinte quilómetros, um número de quilómetros insuficiente se quiséssemos colocar, quilómetro a quilómetro, um corpo das oito mil, seiscentas e noventa e sete crianças já assassinadas pelos bombardeamentos indiscriminados do exército israelita desde o início desta fase da guerra iniciada em Gaza.

Eu acho que esta moção, eu não poderia deixar de iniciar esta Assembleia de Freguesia, na parte que diz respeito aos representantes dos Grupos Políticos, sem fazer uma referência a este assunto, e tinha previsto fazê-la, porque, de facto, a dimensão do problema e do conflito Israelo-

Palestiniano tem hoje uma dimensão que ultrapassa aquilo que era pensável, do ponto de vista humanitário e do ponto de vista dos direitos elementares de um povo.

É esta preocupação que temos, e ao fazer esta referência, queria dedicar estas primeiras palavras a todos aqueles que, na Palestina e fora da Palestina, estão comprometidos com a causa da Palestina, a causa de um povo que tem direito a existir e de ter um território para a sua existência.

São estas as preocupações que nos motivam na reação a este voto. Nós iremos votá-lo favoravelmente, porque compreendemos que a preocupação fundamental no voto são as vítimas do conflito. E eu creio que também está subjacente a preocupação fundamental com o direito da causa palestina, e com o direito do povo palestino a ter uma terra, uma pátria, um país.

De qualquer forma, consideramos que o que está hoje, e passados dois meses depois daquilo que está a acontecer, que reproduz iniciativas de agressão do Estado de Israel ao povo da Palestina, que reproduz outros tantos casos que ocorreram nas últimas décadas, o que está em causa hoje, dizia, não é um conflito entre Israel e o Hamas; é um conflito entre Israel e o Estado da Palestina, e os palestinianos, porque quem está a sofrer fundamentalmente é o povo palestino, e é esse que está a ser vítima. Contam-se já em treze mil mortos, cidades devastadas, conflitos que se expandem para além de Gaza, que já estão na Cisjordânia, que já entram em Jerusalém, e que têm o risco de se expandir a outros territórios.

E é com estas notas – e insisto, porque o que está aqui no voto é a questão das vítimas, nós iremos votar favoravelmente, sendo que sugeríamos – não sei se os promotores o querem fazer – que na parte que diz respeito ao voto, “*um voto de pesar pelas vítimas do conflito entre o Hamas e Israel*”, não é isto que factualmente está em curso; eu alteraria para “*vítimas do conflito atualmente em curso em Gaza*”, para ser mais consensual.

Mas, dado o problema central que o voto expressa, não tenho problema nenhum em votar favoravelmente.

**--- Gabriel Fernandes (CDS-PP) ---**

Era para dizer que subscrevemos a posição do PSD, se forem retirados estes parágrafos que estão aqui, nós subscrevemos, porque as fontes que nós temos – eu não sei que fontes é que o Sr. Deputado do PCP tem, mas deve ser do Hamas. Essas fontes não são credíveis. Portanto, qualquer posição, qualquer número que apareça, eu não acredito nesses números que o Hamas dá. O Ministério da Saúde do Hamas é uma coisa que não existe.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Bom, relativamente aqui às alterações solicitadas, obviamente que aqui o que está no voto de pesar é o que nós concordamos, senão não tínhamos escrito. E o grande objetivo deste voto de pesar é mesmo que esta Assembleia aprove um voto de pesar pelas vítimas – como o Josué disse – e por essa razão, obviamente, vamos aceitar as alterações.

No entanto, há que referir que, a nosso ver – e por isso é que aqui escrevemos – este texto, no fundo, é coerente não só com a posição sobre o assunto do Estado Português, é coerente com as resoluções ainda ontem aprovadas da ONU, no que diz respeito ao facto – que é um consenso até do mundo ocidental e de muitos dos aliados de Israel, e agora os Estados Unidos começam também a falar sobre o assunto – de que neste parágrafo, que é um dos parágrafos que o PSD propõe que seja retirado, fala sobre as claras violações do direito internacional humanitário testemunhadas em Gaza, e que as guerras devem ter regras, é algo que é consensual internacionalmente, que está a acontecer, independentemente da nossa posição sobre se Israel tem, ou não, legitimidade para atacar da maneira que o fez. O que é certo é que, a nosso ver, está claramente a não cumprir com as regras das guerras, e isso, é preciso dizê-lo.

Assim como que este conflito não nasceu hoje, que existe uma história, existe uma história, não só em Gaza, mas principalmente na Cisjordânia, de uma ocupação que, como nós aqui dizemos, retira também espaço para uma solução pacífica entre os dois Estados.

No entanto, também no parágrafo seguinte nós referimos que este processo não pode ser bélico, mas sim político. E, no fundo, este parágrafo diz de uma forma mais suave o que dizem os outros dois.

Por isso, nós concordamos com a retirada destes dois parágrafos.

E em relação ao que o Josué disse, concordo inteiramente. Aqui, vamos colocar como tema “*Pelas vítimas do conflito em Gaza*”, para ser mais consensual entre todos – porque se puséssemos aqui que é entre Israel e o Hamas, o PSD concordaria, e o PCP não concordaria; se puséssemos “Israelo-Palestiniano”, que é também o que nos parece, no global, que é o conflito, porque há uma história entre Israel e a Palestina, não teríamos o apoio do PCP.

Por isso, as alterações que vão ser feitas, e espero que com a aprovação de todos nesta Assembleia, é que passa o tema a ser “*Pelas vítimas do conflito em Gaza*”, o conflito Israelo-Palestiniano mantêm-se, os dois parágrafos – o quarto e o quinto – são retirados, e no penúltimo parágrafo, onde diz “*aprova um voto de pesar pelas vítimas do conflito*”, passa a ser “*em Gaza*”, e guardar um minuto de silêncio em sua memória mantêm-se.

Antecipando, eu percebo aqui a questão, a questão é que houve o ataque terrorista a Israel. Isto é uma situação complexa, e este texto teve em conta até o que é consensual internacionalmente. Mas, pronto, de toda a maneira, passa a ser “*pelos vítimas do conflito Israelo-Palestiniano*”. Não? Vou dar a palavra, até para chegarmos aqui a um acordo, para chegarmos ao texto final.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

Tiago, existiram vítimas em Israel, dos ataques perpetrados pelo Hamas. É lógico que não podemos aceitar a sugestão dada pelo Josué. O Josué tem uma visão muito própria deste conflito, ligado ao PCP que representa, e na qual nós não nos revemos. Pessoalmente, não me revejo mesmo, até estou acima da força política que eu estou a representar.



De facto, houve um ataque a Israel. Como está “*conflito entre o Hamas e Israel*”, nós aceitamos isto, e para nós é o que faz sentido, porque, enfim, mais do que isto, já estou a fazer considerações políticas que eu não quero fazer, porque não é, mais uma vez, o fórum indicado para o fazer, nem tenho essa capacidade de me substituir a determinados organismos governamentais e à própria ONU sobre isto.

Mais do que este texto, o PSD não subscreve.

**--- Presidente da Mesa ---**

Se me permitem, não vou intervir no debate, mas só um bocadinho na sequência do que estava a dizer o Fernando Magarreiro, só chamar à atenção do Tiago Veloso que, efetivamente, se retirar uns, aí sim ficará desequilibrado, porque, passe a expressão, vítimas são vítimas, mortos são mortos, e são vítimas de um conflito em concreto, que é este conflito que se iniciou a 7 de outubro. E que também retirar a ideia do Hamas seria, na minha opinião, contraditório com aquilo que o próprio voto diz, e bem, de que o Hamas não é representante do povo palestino.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Eu, quando me referia à nossa adesão ao voto, era atendendo ao texto integral. Se os dois parágrafos que o PSD propõe retirar forem retirados, o PCP abster-se-á no voto.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Aqui a questão é que não é um conflito convencional entre dois Estados; é um conflito entre um Estado e um grupo terrorista, mas as vítimas de dois países, que são internacionalmente reconhecidos como dois Estados, que é a Palestina e Israel. Mas, as fronteiras de Israel são reconhecidas internacionalmente, até por resoluções da ONU, e daí esta questão.

Mas, poderá ser “*Pelas vítimas do conflito*”, depois o texto refere qual é que é o conflito, a bem da aprovação. Como o Josué disse, aqui a ideia é a Assembleia ter um voto de pesar, e seria uma pena, por uma questão aqui de alguma semântica, que a Assembleia não aprovasse um voto de pesar pelas vítimas deste conflito. Acho que aqui, as vítimas, estamos todos de acordo que existem vítimas em grande número, inocentes, e que nós devemos fazer um voto de pesar por elas.

**--- Presidente da Mesa ---**

Tiago, se me permite, enfim, não me passa pela cabeça, em nenhuma circunstância, substituir-me ao Grupo do Partido Socialista, mas, se me permite, teríamos que se aprova um voto de pesar pelas vítimas deste conflito. Os dois parágrafos saem.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Josué, é só pelo bem de o voto de pesar ser aprovado. No entanto, para descansar um pouco as nossas consciências, o parágrafo seguinte, enfim, fala de uma forma não tão enfática, mas fala que este processo não pode ser bélico. Logo, deixa claro, na nossa interpretação, que condena a intervenção de Israel na Palestina, porque o processo não pode ser bélico, deve ser político, para que no final exista paz nos dois povos.

- Voto de Pesar “Pelos vítimas do conflito Israelo-Palestiniano” (PS). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e IL, e a abstenção do PCP.* -----

*Minuto de silêncio.*

**--- Presidente da Mesa ---**

Antes de dar a palavra ao Josué Caldeira, como representante do PCP, para a discussão desta matéria, só dizer, da minha parte – e espero ser bem interpretado nesse ponto de vista – que diz aqui que propõe que “a Assembleia de Freguesia, por ação do Presidente...”, ou seja, presumo aqui que não há intenção do PCP de dar uma instrução ao Presidente, que tem essa competência, de convocar uma Assembleia; presumo que é uma intenção de pôr à consideração da própria Assembleia a intenção de realizar uma Assembleia.

E portanto, nesse pressuposto, e enquanto Presidente, a minha posição de partida, por assim dizer, é a de colocar à consideração da Assembleia se segue, ou não, a proposta do PCP. Se a maioria da Assembleia assim o entender, obviamente eu convocarei; se a maioria da Assembleia assim não entender, não convocarei. Se houver empate, eu desempatarei, como é evidente, como é minha obrigação.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Pois, eu acho que o Regimento da Assembleia de Freguesia é claro sobre essa matéria, e portanto, é ler as letras.

A proposta – e vou diretamente ao ponto deliberativo, ao ponto de proposta – é para a realização de uma sessão extraordinária sobre assuntos de mobilidade sustentável e de transportes, e que a proposta, ela é acompanhada de um conjunto de fundamentações que se baseiam no registo dos problemas que a freguesia tem verificado nos últimos meses, no que se refere, em primeiro lugar, e com particular relevância na fundamentação que é feito, à situação do serviço prestado pela Carris, onde há registos de frequentes problemas no serviço normal dos transportes de passageiros da Carris – atrasos, supressões, encurtamento de linhas – o que tem causado problemas frequentes, no início do dia e no final da tarde, nomeadamente nas zonas a que nós chamamos aí de zonas periféricas da freguesia – Pedrouços, Caselas, Alto do Restelo – e isto fruto de que, quando há problemas, o serviço da Carris é organizado de forma a satisfazer os circuitos fundamentalmente utilizados pelos turistas, e os residentes e os que cá trabalham ficam prejudicados.

Por outro lado, adicionámos a essa questão, a este problema, o estado do sistema GIRA, das bicicletas partilhadas da GIRA, quer no que diz respeito às vias e aos circuitos existentes, quer nomeadamente no que diz respeito ao atraso que já se vem acumulando nesta opção liderada pela Junta de Freguesia, de eliminação das estações inicialmente colocadas, e estão há dois anos para ser substituídas.

Portanto, nós consideramos – e creio que inclusivamente o início desta sessão testemunha a justeza e a oportunidade da realização de uma sessão extraordinária justamente sobre este tema. O próprio Presidente da Junta, na sua intervenção em resposta aos intervenientes, referiu que para nós é muito importante a questão da mobilidade, e que inclusivamente partilha de algumas preocupações que foram manifestadas. Eu creio que a realidade justifica este tema, e creio que esta sessão, por coincidência, testemunha esta oportunidade.

A ideia seria realizar uma sessão extraordinária especificamente sobre o tema, convidar para participar na sessão representantes da administração da Carris, da administração da EMEL, o Vereador da Câmara Municipal com o pelouro da mobilidade, a Comissão de Mobilidade e Transportes da Assembleia Municipal de Lisboa e, naturalmente, o Executivo e o Sr. Presidente da Junta, e também alargar o convite à participação ativa das associações de moradores, das associações de pais e da Direção do Agrupamento de Escolas do Restelo, pelo impacto que isto tem no normal funcionamento das deslocações casa – escola.

Nós estamos abertos à subscrição desta proposta por outros membros da Assembleia de Freguesia, e creio que – e insisto mais uma vez neste ponto – creio que é mais do que oportuna e importante a realização de um debate sobre esta matéria, pelo estado – eu não direi caótico, mas o estado com perturbações muito preocupantes do serviço de transportes da Carris na freguesia.

**--- Presidente do Executivo ---**

Era só para fazer aqui uma retificação: nós não pedimos para eliminar estações GIRA da freguesia; nós exigimos a alteração de quatro lugares – um já está efetuado, faltam três ainda – que foram postos à nossa revelia, ao contrário do que estava determinado, que tinha que ser sempre com o parecer positivo das Juntas, e não foi feito, e que estão a prejudicar seriamente a população, já há muitos anos, porque estão a ocupar lugares de estacionamento escusadamente, porque tinham lugar ao lado onde podiam ser postas.

E portanto, nós queremos, pelo contrário, incrementar a constituição de mais estações GIRA por toda a freguesia, isso é muito importante.

E quanto à questão dos transportes, tudo bem, é uma competência dos Srs. Membros da Assembleia, são livres de o decidir, mas é só para dizer que nós estamos a controlar a situação. Na parte dos transportes, temos bons interlocutores na Câmara Municipal de Lisboa – como vos disse, amanhã, às dez e meia, lá teremos mais uma reunião sobre essa matéria. E por isso mesmo, tudo bem, mas estamos a tratar desses assuntos da mobilidade.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Nós, obviamente, apoiamos esta proposta, achamos que ela é oportuna, principalmente tendo em conta o que aqui foi falado nesta Assembleia. Se é certo que existem problemas de oferta de transportes públicos na freguesia, só com uma boa oferta de transportes públicos é que podemos exigir que as pessoas usem menos carro; usando menos carro, podemos eliminar as autoestradas que atravessam a freguesia.

E por isso, acho que este é um problema central, e em muito boa hora o PCP faz esta proposta, que nós apoiamos.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

Pegando aqui nas palavras do Tiago, quando fala de “oportuna”, de facto, não é nada oportuna, é exatamente o contrário.

Para já, temos de dividir isto aqui em dois pontos. Primeiro, temos o Regimento da Assembleia de Freguesia, que tem aqui prazos que são complicados, na nossa perspetiva, de cumprir, e que deviam ter sido postos em consideração, atendendo à data em que estamos e ao momento em que estamos.

Antes, fazer aqui um parêntesis inicial: isto foi-nos enviado hoje pelo PCP, por volta das três e meia da tarde, que eu recebi esta proposta, e que, enfim, tive de tentar analisar com a maior lucidez e clareza possíveis, e tentei, depois, fazer o meu trabalho de casa, ligando com as Grandes Opções do Plano, que vai ser um dos pontos que iremos discutir de seguida.

E, de facto, as Grandes Opções do Plano, no Capítulo 9, da mobilidade, parece-me aqui que retratam esta proposta do PCP.

Portanto, parece-me um trabalho conflituante, porque a Junta de Freguesia vem apresentar as suas Grandes Opções do Plano, que vão ser debatidas e vão ser executadas – se for aprovado, logicamente – e implementadas durante o ano de 2024, e estamos aqui a tentar fazer uma Assembleia Extraordinária, com prazos que, na minha perspetiva, tínhamos que ter uma Assembleia ainda este ano, nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesia, o que me parece que estaríamos a conflitar com algo que vai ser discutido e que vai ser implementado.

Não me parece nada oportuna, neste momento, esta Assembleia Extraordinária. Quer isto dizer que sugeria ao PCP que fizesse este pedido numa Assembleia próxima, também vamos ver como é que funciona a implementação das Grandes Opções do Plano que iremos votar de seguida, e estaremos logicamente disponíveis – que mobilidade é sempre muito importante para todos, e para o PSD é de cariz muito importante – estaremos completamente disponíveis para fazer uma Assembleia Extraordinária, se for esse o caso, mais tarde.

Neste momento, por questões de oportunidade, o PSD vai votar contra esta proposta.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

As observações feitas pelo representante do PSD são, do ponto de vista regulamentar, corretas, e nós atendemos a esse facto, mas elaborámos esta proposta porque somos utilizadores dos serviços públicos de transportes e porque sentimos na pele a complicação dos serviços de transportes da Carris nos últimos meses, na freguesia, e temos a noção de que a complicação não é apenas sentida por nós – aliás, não sei se tiveram conhecimento, mas uma residente do Concelho do Seixal e trabalhadora na freguesia mandou um requerimento, uma reclamação para

a Assembleia da República, para todos os Partidos representados na Assembleia da República – nós recebemo-la – reclamando justamente desta matéria – ela fala em particular da Carreira 28.

Mas, isto só para dizer que o problema é sério, tem uma dimensão relevante, e creio que em defesa dos interesses das populações, que todos nós certamente consideramos defender, é urgente haver um debate o mais alargado possível sobre esta matéria.

No que diz respeito às limitações regulamentares, eu creio que a Assembleia de Freguesia é soberana para, com acordo mútuo entre as várias forças, respeitando e reconhecendo as dificuldades que a fase em que nós estamos irá certamente colocar ao calendário para o cumprimento das normas regulamentares, combinar e estabelecer que na primeira quinzena de janeiro a Assembleia Extraordinária seria realizada.

Eu creio que nós somos soberanos, respeitamos o regulamento, mas o regulamento não é uma coisa cega, nem é uma coisa imutável, não é uma pedra. Portanto, eu acho que se houver acordo e reconhecimento do problema, acho que isso facilmente se resolve.

**--- Presidente da Mesa ---**

Antes de devolver a palavra à Assembleia, só dar nota de duas coisas. Há pouco, quando eu dizia ao Josué Caldeira, enquanto representante do PCP, que não se devia entender como uma instrução à Mesa, por assim dizer, é porque a Mesa tem competência própria para convocar uma Assembleia, se assim entender. E portanto, a Mesa tem essa possibilidade, isto olhando para a letra da Lei.

Depois, em relação à letra da Lei, que, no caso, é o Regimento, *dura lex sed lex*, e portanto, podemos concordar, ou não, mas é assim que ele diz.

Aquilo que eu diria neste momento é que pergunto aos vários Grupos se há, ou não, consenso para a marcação de uma Assembleia – se não for na primeira quinzena, durante o mês de janeiro – referente a esta matéria. Se houver consenso, teremos estabilizado essa possibilidade de, no início do ano, ser marcada uma Assembleia para este efeito. Se não houver consenso, terei que pôr a proposta à votação, como é evidente, e a Assembleia decidirá por maioria. Fica a pergunta.

**--- Tiago Veloso (PS) ---**

Em relação à oportunidade, é sempre oportuno refletirmos, discutirmos, principalmente um tema tão importante para a vida das pessoas.

Em relação aos prazos, quer dizer, cinco dias, eu acho que é imperar a sensatez. E por isso, sim, concordamos, em janeiro, com a realização desta Assembleia Extraordinária.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

Como disse o Sr. Presidente da Mesa, os prazos são para cumprir, são perentórios, e não podemos fugir deles.

Quanto a uma possibilidade de fazer algo em janeiro, enfim, não há consenso por parte do PSD. Mais uma vez dizemos, esta proposta conflitua com o Orçamento, com as Grandes Opções do Plano, que queremos ver implementadas e o decorrer dessas Opções, porque são coincidentes com a proposta. E portanto, iremos aguardar.

E, mais uma vez, digo que teremos uma próxima Assembleia, algures em março, e aí, se o PCP pretender voltar com esta proposta, acho que nesse momento estaremos em condições de avaliar o que está a ser feito, e aí, sim, acho que temos essas condições para fazer essa Assembleia Extraordinária.

- Proposta “Convocação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária sobre matéria de mobilidade sustentável e transportes na Freguesia de Belém” (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com os votos contra, do PSD, CDS-PP e IL, com os votos a favor do PCP e PS, e duas (2) abstenções, de elementos do PSD e CDS-PP.* -----

**--- Fernanda Paredes (PS) ---**

Não queria deixar também de trazer uma preocupação que é do PS aqui presente, mas também certamente de todos, que tem a ver com a questão da habitação, e com o projeto de Habitação Acessível do Alto do Restelo.

A questão da habitação tomou-se um flagelo em Portugal, e em especial na Freguesia de Belém, onde atualmente, como é reconhecido na Carta Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, é uma entre as vinte e quatro freguesias que tem um número mais reduzido de habitações, de oferta de habitação para as famílias.

A nossa vivência, aliás, assim também nos diz, pois não há aqui na nossa freguesia casas para arrendar, não há casas para comprar – ou melhor, até há, mas não são para as famílias portuguesas, não são acessíveis aos nossos jovens.

Efetivamente, este processo relativo ao projeto de habitação acessível no Alto do Restelo foi um processo amplamente participado, discutido, refletido. Houve duas discussões públicas relativamente a este projeto, e este projeto melhorou substancialmente com todas estas intervenções, com toda esta discussão que foi feita, e de forma que, ao longo deste processo, os vários projetos se têm vindo a aproximar das necessidades do território e dos seus moradores. Foram consultados os Vizinhos de Belém, a AMBEX, grupos de moradores, fregueses, fizeram-se sessões extraordinárias, todos foram ouvidos.

Em resultado, o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa aprovou uma proposta conjunta de todos os Vereadores da Oposição, designadamente do PS. E portanto, temos, tanto quanto sabemos, um projeto para a habitação no Alto do Restelo. Vai ser novamente discutido, agora em dezembro.

O que é que aqui está em causa? Muito resumidamente, temos a possibilidade de ter renda acessíveis em quatrocentos e sessenta fogos, para que possa atingir cerca de mil novos

habitantes, ou manter os habitantes da freguesia – é muito importante ressaltar esta questão. Houve aqui uma redução neste projeto, dos pisos, de quinze para seis ou sete, temos a criação de mais parques, de lugares de estacionamento, há a possibilidade de construção de duas creches, há a possibilidade de construção de dois pavilhões desportivos, nomeadamente um afeto à Escola Secundária do Restelo – há tanto desejada, necessária para a prática desportiva dos nossos jovens – ainda a construção de um centro de dia, de um centro cívico, possivelmente. Ou seja, o projeto melhorou substancialmente.

E aquilo que nós queríamos aqui deixar, da nossa parte, em relação ao Executivo, é que, tal como agora, para a discussão deste projeto, que haja, em representação dos moradores da freguesia e dos seus habitantes, e dos seus interesses, uma discussão e uma presença para a concretização efetiva deste plano e deste projeto, que trará mais habitação para a nossa freguesia, que queremos que esteja viva, moderna e com qualidade de vida para todos os que aqui estão, e para todos aqueles que possam para cá vir.

Esta deve ser uma questão em que devemos estar alinhados na sua solução. Aliás, só para lembrar que o PS esteve alinhado, no início, quando foi apresentado o primeiro projeto, e que esteve ao lado das vozes da freguesia e na defesa dos interesses da mesma.

E portanto, vimos agora também solicitar que haja um alinhamento entre todas as forças, mas em especial do Executivo da Junta, para que se consiga que este projeto seja concretizado e que traga mais habitação para Belém. É desejada em todas as partes do nosso país, porque é, de facto, um flagelo que vivemos, mas em especial aqui para Belém. Temos esta possibilidade, há um projeto que está construído, que está discutido, responde às necessidades desta freguesia, e nesse sentido, seria bom que fosse implementado o quanto antes.

### **--- Presidente do Executivo ---**

Sobre esta matéria do projeto do Alto do Restelo, sei que não tem estado a situação parada, ou completamente parada. Já houve muita discussão, pública e não pública, o que não tem faltado neste projeto é discussão, e pública. E agora está na altura das decisões – já houve vários tipos de decisões, também sobre esta matéria, mas ainda não está nada definitivo.

Mas, agora as Juntas têm sido ouvidas, como deve ser.

E teríamos que ir aqui à génese, a uma situação que eu acho que teve uma influência muito grande nisto. Se houvesse uma auditoria sobre esta matéria, seria interessante ver por que razão é que foi aquele empenhamento inicial deste projeto, qual a razão, e podíamos chegar a umas conclusões interessantes.

Há uma coisa que se chama “Mansarda”, não sei se sabem o que é “Mansarda”. A Mansarda é uma associação, que o Presidente Fernando Medina ofereceu um terreno ao pé da Rua Gonçalo Velho da Costa, para fazer ali a sede deles, para os arquitetos e homens de cultura idosos poderem lá passar, uma espécie de centro de dia. Mas, aquilo foi feito por quê? Foi feito para alterar o projeto que lá estava, que foi alterado porque houve umas pessoas que moravam em

frente que ficavam sem vista. E essas pessoas estiveram na Junta de Freguesia, e estão identificadas, conhecem-nas bem. Como nós não tínhamos voto nessa matéria, foram ter com a Câmara, e a Câmara alterou o projeto, para ficarem com vista. Então, como aí deixou de haver uma altura certa, tentaram subir do outro lado, no tal terreno.

Portanto, isto era uma coisa interessante para ver as razões disto tudo, e há nomes.

Bem, agora não estou a pôr em causa a Mansarda – aliás, nem é por acaso que nem fomos convidados para a cerimónia da primeira pedra; foi uma exceção, mas por alguma razão foi, queriam fazer isto um pouco às escondidas, e eu registei, nessa altura – mas, isto foi uma causa para que, realmente, aquela loucura urbanística que estava a ser prevista quase furasse o teto – até caiu alguma chuva, com as nuvens, na altura.

De maneira que o que se passa neste momento é que está a ser estudado isto, com uma pequena zona comercial – como a Rua do Careca, por exemplo, para não ser só dormitório, que as pessoas vão ali tomar o café, comprar o jornal, ali nesse sítio, mas uma espécie de prolongamento do espaço verde dos Moinhos de Santana, também conjugando isso com o LIOS, mas também fundamentalmente não fazer só isso, mas conjugando isso com todo o tipo de equipamentos que temos de ter necessariamente.

Ainda há três dias estivemos na Escola Secundária do Restelo, a ver o novo projeto para a escola, que está praticamente alinhado, mas teve que se fazer umas alterações, por nossa imposição, por causa do pavilhão. O pavilhão estava a ser feito, mas era um pavilhão todo aberto dos lados, não dava para o que nós pretendíamos. Já se conseguiu, vai ser fechado o pavilhão – vai demorar um bocadinho mais, vai ter que se fechar o pavilhão – mas já tinha que se fazer algumas alterações ao projeto, que o projeto tem uns treze anos, era da Parque Escolar. E portanto, neste momento, existem até imposições legais que obrigam a fazer mais um redimensionamento do projeto. Mas, isso foi decidido ali.

Eu tenho esperança que, em breve, vamos já ver a primeira pedra, e aquilo a crescer, pelo menos para não nos chamarem “aldrabões”, e vamos ver aquilo a fazer. Estamos a estudar aquilo.

Já foi também decidido que aquilo pode ser aproveitado, o pavilhão como estava, porque tem um polidesportivo em cima, e por baixo um ginásio, e aquilo dá para três classes de educação física ao mesmo tempo – o pavilhão divide-se em dois, e em baixo o ginásio dá para três classes ao mesmo tempo, depois ainda há duas que ficam cá fora. Mas, é o que se está a tentar fazer, e está a ser feito um trabalho muito positivo.

Claro que isto também combina com a Carta Educativa de Belém. E aqui entra uma outra componente, que depois havemos de ver, mas nós temos uma posição privilegiada, porque temos uma escola fantástica, que é a Escola Marquês de Pombal, que deixando o ensino técnico-profissional que tem, pode pertencer ao Agrupamento Escolar de Belém, que está a precisar de instalações. Posso dizer-lhe que, neste momento, estão com cerca de mil e quinhentos alunos,



com uma lotação de setecentos. E o próximo projeto vai cobrir à volta de mil e quinhentos. Portanto, vai ser preciso pôr outras pessoas lá.

E portanto, na freguesia, poderemos ter a Escola Marquês de Pombal, e isso, a parte da mobilidade passar por aquela zona também, os autocarros, por aquela zona da Sá Pinto, Rua da Junqueira, por essa zona.

Por isso mesmo, centros de dia também – aliás, a própria paróquia está neste momento a preparar um centro de dia, que nós eventualmente iremos também apoiar, muito importante aqui, que é uma das nossas prioridades, centros de dia e creches, é fundamental esse tipo de equipamentos. E aqui em cima também vai estar previsto, pelas reuniões que temos tido com os Srs. Vereadores sobre essa matéria, creches e centros de dia, neste complexo de urbanismo do Alto do Restelo. E estacionamento – mas, estacionamento realista – para que as pessoas não tenham que pensar duas vezes antes de sair de casa, para tirar o carro, que depois já não conseguem estacionar quando chegam. Bem sei que nem oito, nem oitenta, mas não queremos estragar a vida das pessoas que têm qualidade, quem vive em Belém tem qualidade de vida, e não queremos estragar essa qualidade de vida.

Depois, dizem que são bairros sociais. Não temos nada contra os bairros sociais, mas nem é um bairro social; o que se pretende é renda acessível, gente nova que quer iniciar uma vida, jovens, trazê-los para Lisboa, na medida do possível, com uns preços mais ou menos razoáveis. É esse o objetivo.

Também se falava na hipótese de ser através de cooperativas, mas penso que agora não está a alinhar bem nesse género, vai ser mesmo para renda acessível. Mas, há mais locais de renda acessível já aqui previstos na nossa freguesia.

Por isso mesmo, mais habitação em Belém, todos estamos de acordo, mas com limitação, não vamos estragar isso só para encher um buraco que está ali, vamos pôr aqui mais uma série de coisas, vamos subir isto, e tal, para pôr mais gente aqui, Lisboa está a precisar, e depois na nossa estatística, tantas chaves de casas para oferecer às pessoas, e dá uma certa visibilidade, e ficamos muito contentes, que era o que estava a ser feito. Neste momento, está-se a fazer a coisa com uma certa racionalidade, adequada a cada situação concreta.

E por isso mesmo, não se está parado, está-se a trabalhar muito bem, mas em estreita articulação com as partes que têm alguma situação a ver com isso, nomeadamente uma Junta de Freguesia que é eleita, e que está no terreno.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Eu gostaria só de dar aqui duas notas políticas, e uma, se calhar mais técnica.

As duas notas políticas é que era bom que nenhum de nós, aqui e lá fora, disséssemos às pessoas da freguesia que as casas vão ser para as pessoas da freguesia, porque isso não é verdade. Isso não é pura e simplesmente verdade. Portanto, é uma falácia, e isto tem sido repetido ao longo

destes últimos anos, dizemos que aquela construção vai beneficiar pessoas da freguesia. Não vai, por um motivo simples: porque quando abrir algum concurso para ocupação daquelas casas, aquelas casas vão ser para o país inteiro, porque não há nenhum critério – não exclui, mas não há nenhum critério que diga que é para as pessoas da freguesia. E por que é que não há nenhum critério que diga que é para as pessoas da freguesia? Eu até digo uma razão simples: é porque inclusivamente na Câmara Municipal de Lisboa, os Vereadores do PS, e não só, chumbaram a proposta do Executivo Camarário para que nestes concursos de renda acessível fossem beneficiadas exatamente as pessoas de Lisboa – já nem é da freguesia, não é para este caso específico, mas é no geral – que tivessem prioridade as pessoas de Lisboa, ao invés de uma pessoa que more em Trás-os-Montes.

Portanto, continuarmos a insistir e a dizer que aquelas casas são para os nossos filhos, os filhos da freguesia, não é correto, nem é honesto, desculpem que vos diga. Ponto um.

Ponto dois, a questão do tipo de projeto que alteraram no mandato anterior, porque inicialmente era um Projeto PRA, e depois, como houve muita contestação, e quase como “agora vamos vos penalizar”, mudaram para um Projeto PACA. Para quem não sabe, para quem nos ouve lá fora, e para quem está aqui e, se calhar, não está familiarizado com estes termos, o Projeto PRA previa que parte da habitação fosse arrendada no mercado, e a maior parte fosse para arrendamento acessível. O que é que isto ia permitir? Ia permitir que algum investidor, algum concessionário – que isto era uma concessão – o concessionário pagasse o seu investimento com a parte das rendas de mercado, e compensasse com as rendas acessíveis, com o que perde das rendas acessíveis.

Isto era o modelo de negócio que estava montado para aqui, e que estava montado para o resto da cidade. E quando houve aqui muita contestação, que não houve no resto da cidade, então, a Câmara – na altura, liderada pelo Dr. Fernando Medina e apoiada pelo PC – decidiu alterar para um modelo PACA. E o modelo PACA, o que é que implica? É totalmente renda acessível, o que implica totalmente paga pela Câmara Municipal de Lisboa, a construção e toda a manutenção nos próximos cem anos, ao contrário do PRA, onde a Câmara de Lisboa não ia ter que meter um tostão.

Portanto, uma coisa que se pode fazer, e lanço o repto aos Partidos que estão na Câmara, é uma coisa que ajudava, se calhar, a fazer, porque desonera a Câmara, é que proponham que aquilo volte a ser um Projeto PRA, e não insistam que tem que ser um Projeto PACA, totalmente financiado pela Câmara, agora na construção, e nos próximos cem anos na manutenção. Ajudava, se calhar, a desbloquear o projeto, digo eu.

Passando só à parte mais técnica, e muito rápido, nós não mudámos – e respondendo também àquilo que a Fernanda disse, que houve aqui algum consenso generalizado, ou quase generalizado, nas primeiras fases deste projeto – a Junta de Freguesia não mudou a sua opinião, mantém exatamente na mesma a sua opinião. E muito sinteticamente, é a seguinte: nós não queremos é aqui um projeto que não traga consigo outras valências que venham mitigar os problemas de trazer o projeto. Ou seja, nós não podemos ter mais mil pessoas cá, imaginando

que, destas mil, mais duzentas serão crianças, sem escolas, sem novos equipamentos escolares, ou sem um aumento da oferta escolar que existe hoje em dia. Não podemos ter mais mil – são cerca de quatrocentas habitações, são menos do que as que referiu, são menos – não podemos ter mais quatrocentas famílias ali a morar, não garantindo que haja, no mínimo, estacionamento para aquilo. Não podemos querer mais quatrocentas famílias ali a morar sem nos garantirem que o LIOS é feito ao mesmo tempo, ou antes daquele empreendimento.

Ou seja, o argumentário que usámos no início do processo é exatamente o mesmo que está agora. E é isso que nós já dissemos à Câmara, é que para nós só há projeto quando todas estas questões estiverem resolvidas, não no projeto em si, do edifício, mas no conjunto do planeamento do bairro. É só isso, e portanto, mantemos exatamente. E como mantemos, naturalmente que, obviamente, o PS e as outras forças políticas manterão também, também não hão de ter mudado a sua opinião.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

O funcionamento democrático dos órgãos é muito simples: levantam-se os braços e vencem as maiorias.

É só para lembrar que na reunião extraordinária de Câmara de 30 de julho de 2021, a Câmara aprovou o Projeto “PRA Restelo”, aprovou com onze votos a favor, seis do PS, dois independentes, dois do PCP, um do Bloco de Esquerda, dois votos contra, do PPD/PSD, e quatro abstenções, do CDS. A Câmara aprovou o PRA, por funcionamento democrático dos órgãos.

Passados dois meses houve eleições, e houve um Presidente que decidiu bloquear esta decisão de uma Câmara anterior.

Era só isto que eu queria dizer.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

É só uma resposta rápida. Desculpe, Josué, mas foi a mesma Câmara que aprovou o PRA que reverteu para o PACA. E foi a mesma maioria PS/PCP e outras forças – não sei exatamente quais foram – que reverteu o PRA para o PACA. Josué, hoje em dia o projeto é PRA? Quem é que decidiu, por voto com braço no ar, democraticamente, mudar de PRA para PACA. É que percebi o Josué dizer que o que foi aprovado foi o PRA. Então, muito bem, confirma o que eu disse, exatamente: quem mudou de PRA para PACA, e portanto, passou um ónus de 100.000.000€, mais não sei quantos milhões de euros ao longo de cem anos de ónus para a Câmara, foi exatamente o PS, o PC e as outras forças que votaram positivamente essa proposta – democraticamente, obviamente, legitimamente. Mas, depois, não há dinheiro, não deixaram lá dinheiro para isso, e naturalmente, também democraticamente – e é isso que, depois, é chato, só se é democrático num ponto – democraticamente, este Executivo também está a fazer o seu papel, como o Executivo anterior fez o dele, democraticamente.

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27/09/2023

---

**--- Presidente da Mesa ---**

Só para pedir a retificação da ata, que, como é evidente, foi feita pelos serviços e não fui eu que fiz, no ponto em que ela diz “a sessão foi presidida por Telmo...”, e tem à frente “PSD”. Eu não mudei de Partido, e portanto, não é PSD, é CDS-PP. E portanto, pedia só, da minha parte, esta retificação.

Com esta retificação, creio que a ata estará em condições de ser votada.

*Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 27 de setembro de 2023 aprovada por maioria, com uma (1) abstenção, de um eleito do PSD. -----*

PONTO 4 – Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções 2024-2025, PPI e PPA, Orçamento, Norma de Execução Orçamental 2024) e Mapa de Pessoal para 2024

**--- Presidente do Executivo ---**

Esta é uma Assembleia sempre muito importante, como é evidente, quando vimos aqui, perante os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia e a população, pedir o vosso necessário acordo para as ações que pretendemos desenvolver neste próximo ano, neste mandato de quatro anos, mas para este próximo ano de 2024.

Sr. Presidente, aqui temos um Orçamento de cerca de 7.171.000€, o que não nos dá muita margem, por um lado, porque inclui 770.000€ consignados ao protocolo de mandato. Por outro lado, porque ao estar em curso a contratação de quarenta e três pessoas – repito, quarenta e três pessoas mais – para o quadro, tivemos que prover essa verba, num total de 700.000€. Já viram que há aqui 1.400.000€ em que não podemos mexer, como é lógico.

É provável que alguns destes lugares sejam preenchidos por quem cá trabalhe, mas nada é certo, porque são concursos públicos. Mas, as pessoas que estão ainda de uma forma precária, a prestar funções, algumas, é natural que concorram, e que até possam entrar para os quadros. Aliás, gostaríamos muito que algumas delas entrassem, se o júri assim o entender, e se tiverem boas provas.

Em termos de distribuição de verbas, podemos dizer que isso é com base nas nossas prioridades. Nós temos aqui 1.600.000€ distribuídos no espaço público, ambiente e higiene urbana. Repito, esta é uma das nossas grandes áreas, tem muito a ver com a qualidade de vida das pessoas, o espaço público, o ambiente e a higiene urbana, com um grande esforço nomeadamente na higiene urbana, porque implica materiais, de certo modo, com um peso financeiro muito significativo, e tentámos fazer esse esforço, equipando muitas pessoas, quer com os equipamentos, quer tendo material, varredouras de última geração.

Depois, temos nas áreas sociais, que eu gostaria de juntar aqui que considero áreas sociais as funções sociais propriamente ditas e a educação, está tudo interligado, apesar de ter aqui responsáveis diferentes, mas estão em relação. Mas, temos aqui cerca de 850.000€ para as chamadas áreas sociais, mais 650.000€ para a educação. Portanto, aqui dá também 1.500.000€, à volta disso, para estas áreas.

O desporto, por causa da piscina, está orçado em perto de 700.000€, com a piscina a ter uma despesa na ordem dos 550.000€. Como sabem, a piscina esteve fechada muito tempo com a pandemia, mas está-se a levantar a pouco e pouco. Temos muita gente na piscina – vão lá ver, aquilo, nas horas de ponta, e durante todo o dia, tem sempre gente a entrar e a sair, o que nos dá um certo gozo, porque é um equipamento muito utilizado, mas tem muita despesa de manutenção. De maneira que estamos a aguardar uma delegação de competências que pedimos ao Executivo da Câmara para nos dar, porque estava combinado a parte de investimento ser suportada pela Câmara. E até hoje, nem um cêntimo recebemos para despesas de investimento. Portanto, estamos, neste momento, já a aguardar. Já identificámos mais ou menos uma verba para que isso seja, em breve, objeto de uma delegação de competências em nós – como já fizeram para outras piscinas, nomeadamente, há pouco tempo, para a Piscina de Benfica, é um exemplo, e não só.

Temos cerca de 4.000.000€ alocados às áreas gerais da freguesia. Ou seja, ficamos com 1.700.000€ para os serviços gerais da Junta e as restantes atividades com a Junta. Como sabemos que os serviços gerais consomem cerca de 1.500.000€, não sobra, infelizmente, muito mais para as restantes áreas. Mas, este é o cenário com que temos trabalhado, e iremos continuar a trabalhar, com o empenho e esforço de todos.

Importa dizer que no próximo ano, por via da aprovação de uma proposta em sede de Orçamento de Estado, a verba no âmbito da reforma cresceu 22,6%. Isto é muito importante, por quê? Reparem, desde que se implementou a reforma administrativa de Lisboa – vou dar-vos um exemplo, o ordenado mínimo era cerca de 400€, hoje estamos com oitocentos e tal, mais do dobro. E nós estávamos a suportar o ordenado mínimo sem recebermos a contrapartida deste custo. Era um custo que a própria Junta estava a pôr.

Finalmente, agora, foi repostado isto no Orçamento, e portanto, aí já vamos ser ressarcidos, de alguma forma. Finalmente foi feita justiça, e para o ano estaremos melhor equipados financeiramente. Sim, foi um Governo do PS, claro, eu sei.

Mas, atenção, desde 2014, o salário mínimo subiu de 485€, mais precisamente, de 1 de janeiro, para 826€, uma subida de mais de 70%, que afeta a maior parte dos que trabalham na freguesia. Ainda bem que ganham cada vez mais, mas o poder político não pode esquecer as freguesias que veem os custos a aumentar sem serem ressarcidas.

E aqui, esperamos agora que o Município de Lisboa – e vamos providenciar isso – reveja os seus protocolos das CAF e AAAF, e da higiene urbana, de modo a que também aqui recuperemos minimamente o que temos perdido com os aumentos do salário mínimo, porque, infelizmente, tanto o pessoal das CAF, AAAF, como da higiene urbana, começam no salário mínimo.

Cientes das nossas responsabilidades, continuaremos a gerir esta freguesia com rigor, sem despesismo nem eleitoralismos. E temos seguido o rumo certo, porque nem temos tido dinheiro a mais, nem a menos.

Com as pessoas e para as pessoas, continuaremos a nos guiar pelos afetos. Isto é muito importante, porque nós não temos mais ninguém que nos possa ajudar em caso de dificuldades. E por isso mesmo, haveremos de ter uma nova Assembleia, em abril. Nessa Assembleia, em abril, vamos ter que necessariamente aprovar o que vai transitar de 2023 para 2024, e essa verba que vai transitar vai ser fundamental para termos a freguesia equilibrada, e nos ajudar a custear todas estas ações, até ao final do ano.

E por isso mesmo, também é uma Assembleia muito importante, essa de abril, porque é a conta de resultados, e daí a verba transitada para o ano seguinte.

Têm havido grandes aumentos em tudo – em tudo. Os campos de férias são um *Ex-Libris* que nós temos, todas as pessoas querem vir para os nossos campos de férias, a piscina também. E depois há aberrações, temos uma piscina aqui ao lado, na Bela Vista, que está às moscas. Se alguém me souber dizer por quê, expliquem-me, se faz favor, por que é que a Piscina do Restelo está cheia, a abarrotar por todos os lados, interclassista, e há uma no Bairro da Bela Vista que não tem ninguém, e é igualzinha, foi feita na mesma altura, inaugurada pelo Dr. Pedro Santana Lopes também, em 2005, e está ali às moscas.

E por isso mesmo é que, hoje, vimos pedir aqui às forças políticas desta Assembleia, aos representantes do povo de Belém, que nos deem o vosso apoio e o vosso acordo às nossas propostas, para que continuemos a desenvolver a nossa política de apoio às melhorias das condições de vida da nossa população, como temos estado a fazer até agora, obviamente uns com mais, outros com menos acordo.

Posso referir que nós tivemos o cuidado de falar com as forças políticas que nos apoiam, e com as outras forças políticas que são da Oposição. Registámos com agrado, mas bastante agrado, as posições do Partido Socialista, por exemplo. As propostas que o Partido Socialista nos fez, na altura da reunião, foram doze, estão todas – todas – no nosso Plano de Atividades. Tivemos o cuidado disso – e foi engraçado, umas já estavam, outras foram postas. E portanto, conseguimos criar um consenso mais alargado. Nós gostamos de consensos alargados, acho que a política é feita de afetos e de consensos alargados.

E portanto, obviamente houve outras forças que não apresentaram – tenho aqui algumas, umas por escrito, outras nem nada por escrito deram, foi só “trinta e um de boca”, não deviam estar com intenção de construtivamente fazer qualquer coisa, mas pronto. Algumas, nem valeu a pena, nenhuma mereceu o nosso acolhimento, porque eram um pouco descabidas, no nosso entendimento.

Agora, registei com agrado, porque, aliás, podemos ter, às vezes, divergências, como é natural em democracia, mas também reconheço que já estão há muito tempo na política, é gente madura, que sabe as coisas concretas da vida, e portanto, já conhecem como é que isto funciona, as autarquias. Não são lunáticos, são umas pessoas que estão no terreno, que também têm outras Juntas de Freguesia, sabem como é que isto funciona.

E portanto, achei piada, não estava à espera, mas foi muita coisa que nos propuseram, que nos lembraram, que nós, ou já tínhamos, ou não tínhamos e fomos pôr, e posso dizer-vos em que páginas é que estão, do nosso programa de atividades, as vossas propostas. Tivemos o cuidado de verificar isso. E portanto, registo isso com agrado, porque acho que tentamos com que haja consensos. Independentemente de ter maioria absoluta, é bom haver consensos, é isso que as pessoas querem. E quando estamos todos de boa fé, como estamos, acho que é agradável ver isso.

Agradecer a todas as forças políticas o vosso apoio, para que realmente continuemos a avançar com esta política, que nós entendemos que é a adequada, e que, pelo menos comigo, já é o vigésimo terceiro Orçamento que estou a submeter aqui à Assembleia – o vigésimo terceiro Orçamento que estou a submeter à Assembleia.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

O ponto prévio é sobre isto: os documentos que nós vamos estar a apreciar são as Grandes Opções do Plano, PPI e PPA, Orçamento, normas de execução e Mapa de Pessoal. Por razões que nós desconhecemos, um destes documentos só hoje é que nos foi entregue, o Mapa de Pessoal. E curiosamente, o Presidente da Junta não fez uma observação sobre isso.

Eu não sei se inclusivamente é possível votarmos estes documentos com este prazo de análise sobre a questão do Mapa de Pessoal.

E portanto, eu creio que pelo menos uma observação do Sr. Presidente da Junta era devida sobre esta matéria.

**--- Presidente do Executivo ---**

É muito simples, realmente foi um pequeno lapso, mas o plano de pessoal é o mesmo que tinha sido aprovado anteriormente, estava em vigor. Devia ter vindo, de facto, e na ordem de trabalhos, aliás, está sempre o Mapa de Pessoal, é o mesmo do outro, não tem nada de alterações, de diferente, é o que está aí.

E portanto, não vejo nada que impeça uma votação, porque é igualzinho ao anterior.

**--- Fernando Magarreiro (PSD) ---**

Analisámos este extenso documento, e o PSD gostaria, enfim, de referir que é um documento que contém as contas previsionais, normas, regras bastante claras e objetivas para a execução do Orçamento de 2024. É, de facto, um programa e um Orçamento de grande otimismo, mas que julgamos equilibrado, e que também o PSD julga ser exequível, porquanto a Junta tem vindo a dar

provas de grande trabalho e competência nesta matéria – como, aliás, o Sr. Presidente há pouco disse, que já vai no seu vigésimo terceiro Orçamento. Portanto, parece-me que a competência e o trabalho são evidentes.

Eu só gostava de fazer aqui duas perguntas, a ver se o Sr. Presidente me esclarece. O que é que é “criação de abrigos para as bicicletas”, gostava de saber o que é, e quando fala, no Ponto n.º 9.4, em “eliminação do parque de rebocados da PSP”, também gostaria de ter esse esclarecimento nestas matérias.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Vou organizar esta intervenção por três pontos.

Duas perguntas muito claras, relativamente ao Ponto n.º 11.1, introdução de videovigilância em algumas ruas, nomeadamente as de maior comércio, e aquelas identificadas pelas autoridades como mais sensíveis. Como é que isto vai, em concreto, acontecer? Qual é o ponto de avaliação e de concretização desta medida? E que medidas é que têm que ser respeitadas para que isto não conflitue com problemas normalmente existentes sobre esta matéria?

Uma outra questão, sobre o Ponto n.º 8.8, cedência de espaço para residências artísticas na área das artes plásticas, teatro, música e outras formas de expressão cultural. Qual é o espaço? E esta cedência vai seguir que tipo de processo de cedência deste espaço?

Agora, um outro tipo de questões, que se prendem mais com uma avaliação global dos projetos aqui apresentados. E eu sublinhava que nós estamos a discutir as Grandes Opções do Plano, que têm que ter uma relação com o Orçamento da Junta de Freguesia para o ano respetivo.

Ponto n.º 5.3, é uma proposta que vem no programa eleitoral da maioria, a proposta de ampliação do parque urbano, e que, a meio do mandato, é referida nas Grandes Opções do Plano nesta fórmula: *“Proposta à Câmara o alargamento do Parque Urbano dos Moinhos de Santana até ao Posto da Higiene Urbana.”* E a pergunta que fazemos é se com este período de gestão, se esta proposta, que era inclusivamente sinalizada como uma proposta clara da candidatura, se isto é aceitável, que uma iniciativa destas ainda esteja com este grau de imaturidade, como ela aqui é revelada.

Depois, há a questão que a Junta não deixa cair, que é a de continuar a lutar pela racionalização do Projeto PRA do Alto do Restelo, ainda que não expliquem o que é que se trata desta questão, da racionalização, mas não deixa de ser uma referência politicamente relevante.

Ponto n.º 7.14, estudar a possibilidade de ceder às coletividades a gestão de espaços mediante um conjunto de condições. Eu repito, estamos a meio do mandato, estudar a possibilidade de ceder às coletividades. Nós inclusivamente apresentámos uma proposta, que foi chumbada pela maioria, de a gestão do espaço do Polidesportivo de Caselas ser atribuída ao Clube de Caselas, foi chumbada. Mas, aqui há o estudo da possibilidade de ceder às coletividades.



Ora, duas propostas antes, nós temos identificados dois espaços, o *Skate Park* e também o Polidesportivo de Caselas, e esta questão não é referida. E portanto, esta de estudar a possibilidade, já passaram dois anos, o que é que garante que vai ser neste ano?

Depois, novamente a recolocação e ativação das estações GIRA na freguesia. Já tiveram dois anos para o fazer. Já tiveram dois anos para o fazer, e volta, a meio do mandato, esta questão ainda não resolvida, bloqueando o acesso da freguesia ao sistema das bicicletas partilhadas.

Mas, a questão que eu creio que é mais relevante é a questão que diz respeito na relação das Grandes Opções do Plano com o próprio Orçamento. E eu até fazia um desafio: há um projeto que está identificado, o Projeto n.º 5.6, que é o de requalificação das Praças de Malaca, Diu, Damão, da Pérgula de Caselas e passeio frontal da Igreja. Uma pergunta que eu fazia é: indiquem-nos lá, no Orçamento, onde é que isto está referido. É que no Orçamento, o Orçamento que agora é aqui apresentado para 2024, tem duas componentes fundamentais: uma componente, digamos assim, que são as duas grandes parcelas de despesa, que venha o que vier, têm que acontecer, não há grande discussão sobre isso, e uma parcela diz respeito aos custos com o pessoal, às despesas com o pessoal, os salários e tudo aquilo que está associado, 4.100.000€, e depois com a aquisição de bens e serviços. E a aquisição de bens e serviços é para garantir o normal funcionamento dos equipamentos e do funcionamento das infraestruturas. 2.000.000€, e estão aqui gás, eletricidade, combustíveis, transportes, assessorias. Fica 1.000.000€ para discutirmos, para discutirmos opções e para discutirmos política.

Esse 1.000.000€ distribui-se em três parcelas: famílias, 70.000€, instituições de solidariedade sem fins lucrativos, 108.000€, e aquisição de bens de capital, 762.000€. O Orçamento, sobre estas três parcelas, não diz mais do que aquilo que eu disse. Isto é, o Orçamento da Junta de Freguesia para 2024 cabe num cartão comercial de uma empresa da nossa Junta de Freguesia, não tem mais informação. Não há relação entre as medidas e os projetos que estão nas Grandes Opções do Plano, e o Orçamento que está previsto para ser executado no próximo ano.

E isto coloca um problema à Assembleia de Freguesia. A Assembleia de Freguesia é um órgão fiscalizador da atividade da Junta. Ora, se nós temos apenas cinco parcelas, sendo que duas estão já garantidas e não há muito a falar, três são possíveis de discutir, mas elas têm este nível de agregação, qual é que é a função desta Assembleia de Freguesia, no próximo ano, relativamente à execução do Orçamento?

E portanto, esta é que é a grande questão, e insisto neste ponto, a forma como isto é apresentado limita brutalmente o trabalho da Assembleia de Freguesia. E até num mapa que podia ser objeto de discussão mais interessante, o Plano Plurianual de Investimentos, onde estão previstos 762.000€, o Plano Plurianual de Investimentos é uma linha, justamente 762.000€, onde estão previstas intervenções em espaço público, viadutos, arruamentos e obras complementares. O que é que vai ser, em concreto? Deus o dirá, como diz o povo.

E portanto, eu creio que esta forma de apresentar os documentos previsionais do Plano é uma forma pouco transparente e altamente condicionadora da futura atividade da Assembleia de

Freguesia na monitorização e na fiscalização da atividade da Junta de Freguesia durante o próximo ano.

**--- António Delicado (PSD) ---**

Como raramente tomo a palavra, por vezes tenho muita vontade de o fazer, e esta, penso que é uma ocasião importante para o fazer, na medida em que estamos aqui a discutir documentos bastante relevantes para a nossa freguesia, para o ano que vem.

Em primeiro lugar, gostava de saudar o trabalho da Junta de Freguesia e o rigor aqui colocado, pese embora estas observações a que certamente a Junta irá, de seguida, responder. Há aqui rigor orçamental, e a serenidade com que podemos estar aqui, neste momento, a tratar desta matéria, tem tudo que ver com isso.

E, efetivamente, observa-se que sobra dinheiro para aquilo que interessa, e para as opções que podemos fazer, nomeadamente de políticas sociais que aqui vão sendo implementadas na nossa freguesia, felizmente com sucesso importante para chegar a quem mais precisa, muitas vezes.

Eu gostava de fazer aqui também uma observação sobre o facto de o Sr. Presidente da Junta ter revelado conhecer muito bem o valor do salário mínimo nacional, não acontece isso com todos os atores políticos, como bem sabemos, e é de saudar precisamente o domínio da realidade que é evidenciado também desta forma, no plano deste Orçamento.

Depois, queria só aqui colocar duas pequeníssimas questões. Uma vai ao encontro daquilo que o nosso colega do PCP, Josué Caldeira, suscitou, a propósito da videovigilância. Penso que é de saudar precisamente a introdução desta solução em áreas que se revelem críticas, e obviamente com os cuidados que são sempre exigíveis nesta matéria. E portanto, gostaria de saber um pouco mais sobre este assunto.

E depois, saudar também, no Ponto n.º 9.1, a questão relativa ao Metro / LIOS, que contrariamente ao que pensei, o PCP não suscitou, porque há pouco suscitou a possibilidade de termos uma Assembleia Extraordinária, mas agora não se focou nesta matéria que me parece central, e que é a questão da mobilidade. E portanto, gostaríamos de saber um pouco mais sobre este assunto, se possível.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, voltando aqui, Fernando Magarreiro, do PSD, que foi o primeiro a falar. Os parques de bicicletas, é algo que nós queremos fazer, inovador – aliás, já existe muito por essa Europa fora, salvo erro, nos Países Baixos, por exemplo, em que o clima também é outro, mas que aqui também tem justificação, de facto – que são umas pequenas caixas, em que as pessoas se candidatam a pôr lá as suas bicicletas, púnhamos em vários sítios estratégicos, depois são selecionadas essas pessoas que se candidatam, e depois cada qual fica com uma chave, e coloca lá a bicicleta – que, às vezes, não é muito prático ir para um andar e levar a bicicleta. Portanto, em sítios estratégicos haver alguns destes parques, e que além de estarem recolhidas, não apanharem chuva, é mais seguro. Uma coisa que me impressionou quando eu fui, já há uns anos, ao estrangeiro, de facto,

era ver em vários locais públicos só uma roda agarrada com um cadeado, as pessoas levavam o resto e deixavam lá uma roda. Em Itália, em Milão, era uma coisa incrível por todo o sítio, e aqui em Portugal às vezes também se vê. Não quer dizer que não vamos continuar a fazer isso – aliás, já há umas pessoas ali na delegação que põem ali umas bicicletas, como é debaixo de um telheiro, utilizaram os nossos porta-bicicletas, que são para quem vai à Junta pôr lá as bicicletas, e utilizaram aquilo *ad eternum*, como se fosse em casa deles, eles vivem ali num prédio e vão vendo. Está bem, vamos ser flexíveis aí, já estive a falar com eles, pronto, mas vamos ser flexíveis em algumas hipóteses, quando é preciso também se metem as outras bicicletas ao lado dessas, e acabou, e vai-se utilizando também aquela instalação porta-bicicletas.

Mas, portanto, é isso, fundamentalmente.

O parque de sucata da polícia é uma prioridade, não desistimos. Até já avançámos com algumas soluções. Eu tenho uma, não me venham cá com histórias, que aquilo é sagrado, aquele Parque Tejo. Lá ao fundo, antes de Loures, do lado esquerdo, existe um cantinho em que se podem pôr estas mesmas grades, quando saírem daqui, aproveitam-se as grades, faz-se ali um “L”, fica ali a sucata toda guardada, já mesmo lá na pontinha, ao pé de Loures, e não fica nesta zona nobre aqui da cidade, e finalmente restituímos à população de Lisboa.

Ainda por cima, uma agravante, a polícia tem vindo N vezes aqui multar as pessoas que estão lá mal estacionadas. Quer dizer, tiram-nos o estacionamento, por culpa do Dr. Fernando Medina, na altura, que foi ele que deu essas instruções, e depois ainda vêm penalizar as pessoas, multando-as.

Josué Caldeira, videovigilância, como? Como se está a fazer em toda a cidade. Nós não somos uma ilha. Há quem diga que isto é o “Principado de Belém”, mas ainda não chegámos a isso. Mas, pronto, não é uma ilha. E portanto, em vários sítios da cidade existe videovigilância, obviamente que se tem que ter em devida conta os direitos, liberdades e garantias do cidadão, a imagem, mas isso está a ser autorizado, a proteção de dados está a autorizar isso, em alguns sítios, com a polícia. Estamos atentos, estamos em ligação, é uma das nossas atividades, é ter essa relação muito direta com a polícia, e aqui em alguns sítios, em Belém, justifica mesmo, e até mais à noite, porque é uma zona, por exemplo, que está muito abandonada à noite – aqui, por exemplo, esta zona do centro de Belém.

Cedência de espaço para artistas, é uma das hipóteses, que queremos otimizar vários equipamentos que temos – vou dar só alguns exemplos, quer o parque em geral, urbano, dos Moinhos de Santana, quer especificamente os próprios moinhos, ou um, ou outro, mas há um que até é uma escola verde, juntamente com outra escola verde que temos ao pé da Capelinha também, que podemos também utilizar para este tipo de situações, o centro social, o espaço ecológico, enfim, e no próprio espaço público, que nós, graças a Deus, temos competências para autorizar, e temos vários artistas, que eles pagam o espaço, ou, às vezes, são patrocinados por nós, mas em várias zonas da freguesia atuam.

E portanto, acho que aqui, com a nossa parte do pelouro da cultura, queremos incrementar cada vez mais isto, para ajudar os artistas, e também é bom para a população em geral, sentir este tipo de atividade mais perto, mais chegado.

A proposta de alargamento do Parque dos Moinhos de Santana é muito importante para nós. Pronto, isto aqui, já falei com a Câmara, já algumas vezes, numa primeira fase, se calhar vai ter que ser uma coisa – temos que ser gestores, nós não podemos esbanjar dinheiro, temos que fazer isto com pés e cabeça. Mas, pelo menos, temos que vedar aquele parque, aquela zona, vedar até lá ao fundo, para deixar de ser uma lixeira, arranjar aquilo, pôr aquilo pelo menos em condições decentes, e depois ver se conseguimos pôr ali um ou outro equipamento. Já se pensou em várias coisas, há um que faz muito barulho, que é o padel, tive muitas propostas para isso, mas podem haver outros. Uma vez, o Belenenses falou-me num campo de futebol de areia, de praia, por exemplo, ou um polidesportivo normal ali também, que dê para fazer várias modalidades, mas no prolongamento daquilo, para a pouco e pouco se ir fazendo, depois, outro tipo de equipamentos, se não houver, entretanto, dinheiro suficiente para isso.

Mas, é um dos nossos objetivos – aliás, até para, de alguma forma, compensar aquelas pessoas, que agora já viram que não há grande problema, mas compensar aquelas pessoas que ficaram com um posto de higiene urbana à frente. Mas, temos tido muito cuidado para que, realmente, não houvesse ali problemas, e realmente não têm havido, porque as entradas são feitas pelo lado, e tem muita qualidade. E, de facto, tinha ficado melhor noutros sítios que nós tínhamos indicado, mas, pronto, neste momento, é o que está, e vamos trabalhar com ele. E realmente não têm havido reclamações de pessoas que vivem ali, no referente ao barulho e ao cheiro. Mas, para nós é fundamental – para nós e Câmara.

Racionalização do projeto do Alto do Restelo, é mesmo isso, racionalização do projeto do Alto do Restelo, este conjunto de várias nuances que isto implica. Não é só enfiar ali os tijolos, fazer umas casinhas, e dizerem que ao fim de uns meses, ou de poucos anos, estão cheias de humidade, depois não sabem quem são os donos. Aquilo tem de ficar bem identificado, se é PRA, se é PACA, se é só o Estado a pôr, a Câmara, se é pôr o empresariado a fazer aquilo, porque a Câmara, só por ela, 100.000.000€ para pôr ali de uma vez, e tal, já se sabe que é literalmente impossível.

Obviamente, quiseram deixar a batata quente para a Câmara seguinte, mas a Câmara não foi nessa ratoeira, porque pode invocar incapacidade material, para já, para fazer aquilo desta forma como eles queriam, a atual Oposição.

Mas, nós estamos atentos, e isto vai para a frente – isto vai para a frente. Aquele terreno, é bom que seja aproveitado, que Lisboa merece, e Belém também, mas sermos nós a dirigir aquilo da forma que consideremos mais adequada, para não estragar esta zona da cidade, que é muito bonita, e realmente tornarmos o Alto do Restelo algo que não seja uma espécie de dormitório – não estou a dizer que é, mas em relação à parte mais baixa, às vezes parece que é. E queremos que as pessoas possam conviver melhor com um espaço onde se possam encontrar, e fazer uma zona do tipo da Rua Duarte Pacheco Pereira, Rua das Lojas, no meio desse projeto.

Estudar cedência às coletividades da gestão de espaços, arrancou-me da boca, precisamente. Esses eram dois daqueles que eu tinha já pensado várias vezes, é uma hipótese. São hipóteses, não estão ainda feitas em papel. Para já, estamos em Caselas, isso não vou dizer que não, que tenha já falado com a coletividade se estariam interessados, e parece que sim. Mas, para já, temos que reabilitar, o que está a ser feito – e está a ser feito, estamos a reabilitar todo esse espaço, a antiga sede da SRU, onde vai ficar a Delegação 2, no antigo posto de higiene urbana, que saiu de lá, vai ficar o nosso armazém, que temos de entregar o outro à Misericórdia, com base numa negociata entre a Câmara de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia, em que lhes tiraram o centro de dia que estava prometido, e também ficámos sem o armazém, e Belém vai ficar sem o parque de estacionamento ao pé de Algés, porque resolveram dar aquilo à Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, para ver se lhe põem a terceira pedra – já fui à primeira, à segunda, e agora será a terceira pedra. Estão a demorar muito, se calhar também não vai haver terceira pedra.

Mas, portanto, aquele dinheiro da ??? está todo a ser empregue. Estive hoje a ver as obras, estão em muito bom ritmo as obras, e por isso mesmo, temos todos de estar de parabéns, porque está a correr muito bem, e otimizámos essa verba de uma forma que eu considero exemplar.

A recolocação das estações GIRA, isto é uma prioridade nossa desde o princípio. É uma pena, porque há três anos que andamos nisto – um ano com os anteriores, que fizeram a borrada, e dois anos agora. E sabem por quê? Eu digo, a culpa é também do meu Partido, que está na Câmara. Sabem por quê? Porque temos uma coisa, que somos bonzinhos demais, e depois vamos para os sítios, quando ganhamos as eleições, e não corremos com as pessoas, a saber, aqueles que foram os principais responsáveis por aquela borrada. E as mesmas pessoas que fizeram aquilo ainda estão na EMEL – umas já saíram, mas outras ainda lá estão. E portanto, nunca dizem que não, que sim, vão tentar saber, mas depois há um fio que passa ali por baixo, agora é o património cultural que não deixa. E depois de arranjar uma alternativa, num caso concreto ali de Algés, arranjei uma alternativa ali num pequeno espaço verde, num cantinho, afinal já podem pôr lá ao fundo, onde diziam que não era possível, porque havia uns fios muito importantes por baixo.

Portanto, andam todos a brincar. Mas, neste momento, felizmente, o Presidente Carlos Moedas e alguns Vereadores já estão perfeitamente cientes de quem são os culpados, e que são as mesmas pessoas que fizeram a borrada que andam há dois anos a enganar este Executivo com estas brincadeiras.

Ainda faltam três, dissemos inclusivamente que não se avança nada com o GIRA sem estar isso resolvido. Só quando estiverem essas três resolvidas – e já temos locais para as instalar, e tenho a garantia de que vai avançar agora, não obstante os sorrisos daquelas pessoas que fizeram isto, e que estão a brincar, mas, realmente, é fantástico, isto faz-me lembrar uma situação, há muitos anos, num Ministério a que eu pertenci, em que houve uma fusão do Ministério da Administração Interna, que saiu do Ministério do Planeamento e Administração do Território, e tiveram Secretários Gerais diferentes. E depois, o membro do Governo com que eu estava a trabalhar no Ministério da Administração Interna teve pena do Secretário Geral que estava lá, que era nomeado pelos anteriores, não o pôs logo na rua. E então, ainda ficou lá, para depois vir para a reforma. Coitadinho, tivemos pena dele. Tramámos-nos, tudo o que era motoristas, contínuos e carros, levou

tudo para outro Ministério, ficámos sem nada – porque o homem não fazia nada, queria era contar para a reforma aqueles três ou quatro meses.

Portanto, não mudámos, não pusemos gente de confiança para executar a política do Governo. Aqui, falta gente para executar a política da Câmara, porque isto mudou, mas eles ainda estão lá em baixo, infiltrados, a mudarem aquelas coisinhas todas. E isto é dramático, porque nós sabemos quem eles são, eles sabem que nós sabemos quem eles são, e eles sabem quem nós somos, mas continuamos todos nisto. E depois, claro, nós falamos com os Srs. Vereadores e dizemos “você estão a ser levados”.

E agora, requalificação das pracetas e a Pérgula de Caselas, também estamos a tratar disso. Já há bocado falei, até temos delegações de competências para isto. Ainda no outro dia estive a ver a Pérgula de Caselas, já estive a ver um projeto em que, se calhar, vamos avançar com umas madeiras, em vez daquelas estruturas que estão lá, muito feias, algumas já partidas, que são em betão, já em muito mau estado, isto vai-se retirar tudo, vai ficar tudo com uma pérgula em madeira, muito bonita ali à volta. Estão a ser feitos os projetos, mas esperemos ter isso em força.

Mas, de qualquer forma, o que eu quero aqui falar – há bocado, o Josué Caldeira falou aí de várias coisas, que eu não sei do que é que estava a falar, pronto, mas já percebi que o seu forte não é contabilidade, como também não é o meu, mas baseio-me nos técnicos. É por isso que eu estou aqui, estou aqui como político.

Mas, no nosso Orçamento, nesse investimento, não deve saber muito bem como é que funciona o SNC, mas pronto. Mas, de qualquer forma, o Orçamento, aqui no investimento, estão aí 760.000€ para o investimento. Estão colocados claramente, não venha fingir que não sabe o que está aí a dizer. Os CDC's serão repartidos conforme o futuro planeamento. Os CDC's são 1.500.000€, daqueles projetos que nós demos, com toda a transparência, aos senhores, que ficaram a saber, com 1.500.000€, o que é que nós pretendíamos fazer, está lá escarrapachado. Não podemos é agora os colocar, apenas 760.000€.

Atenção, a Junta só agora tem o CDC, tarde, mas ainda a tempo de fazermos coisas. Portanto, isto vai ser feito. Estejam descansados porque, de facto, se estiverem na mesma sintonia que o povo desta freguesia, que os senhores representam aqui, teve em nós, em nos eleger, isto vai ser tudo feito, com o apoio de toda a gente.

Falta o António Delicado, do PSD, agradeço as suas palavras também.

Quanto ao LIOS, achamos que é uma prioridade – aliás, preferíamos que o Metro viesse mesmo à zona ocidental, o Metro profundo, em vez de fazer aquelas voltas que anda a fazer lá no centro de Lisboa, com todos esses prejuízos que está a oferecer a toda a gente. Mas, já que não é possível para já, somos favoráveis a que haja pelo menos o LIOS, que não substitua o Metro, mas também já se fala no aprofundamento – e acredito que o Eng.º Carlos Moedas é Presidente para isso, para fazer um desnivelamento da linha até ao Cais do Sodré.

Mas, o LIOS, para já, é também uma coisa muito importante para nós. Devo dizer-vos uma coisa, é triste, tinha uma reunião amanhã, às dez e meia, e acabou de ser desmarcada. O LIOS foi desmarcado agora, o Vice-presidente está doente, desculpem lá. Acabou de pedir agora, não vai ser amanhã, mas vai ser depois de amanhã, ou isso. Mas, pronto, foi desmarcada essa reunião que era amanhã.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Só para confirmar uma ideia que eu expressei quando fiz o meu primeiro comentário. Tudo o que o Sr. Presidente falou sobre as residências artísticas, a expansão do Parque Urbano dos Moinhos de Santana e os regulamentos, para citar o Sr. Presidente da Junta, “é uma hipótese”. É uma hipótese.

E portanto, nós continuamos a discutir este documento ao nível do programa eleitoral, ainda não descemos ao nível do programa de ação, no quadro das Grandes Opções do Plano, ligadas ao Orçamento. Este é o ponto que nesta questão, e nesta sessão, deve ser sublinhado.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, os votos contra do PCP e IL, e a abstenção do PS. -----*

PONTO 5 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Concurso Montras de Natal de Belém 2023

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e PCP, e a abstenção da IL. -----*

PONTO 6 – Apreciação e ratificação da alteração do Regulamento do Espaço Ecológico

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Este espaço é o quê? Está aqui referido na proposta que esta proposta é uma alteração ao regulamento do Espaço Ecológico. Onde é que este regulamento foi aprovado em Assembleia de Freguesia? Em que Assembleia de Freguesia é que foi aprovado o regulamento que nós agora estamos a alterar?

Eram estas duas perguntas que eu tinha que fazer.

**--- Presidente do Executivo ---**

Com certeza, claro que foi aprovado em Assembleia de Freguesia, senão não trazíamos cá o regulamento. Não sei agora, mas foi aprovado, posso depois dizer qual é que foi a data. Está exarado em ata, com certeza. Foi aprovado, já há muitos anos. Já há muitos anos que foi

aprovado. Esteve desatento e, de facto, não deve ter cá estado nessa altura, porque senão lembrava-se do que é o Espaço Ecológico.

E posso dizer-lhe, o Espaço Ecológico foi a única coisa que nós herdámos, decente, do meu antecessor – coitado, já morreu. Foi o Espaço Ecológico, que foi aquela discoteca que era nas catacumbas da Junta, que era um perigo morrer lá tudo assado, que acabámos com a discoteca.

O Espaço Ecológico foi uma coisa que houve, para o Projeto Intervir, reuniu lá os amigos, e tal, pronto. Foi isso que aproveitámos, e depois fizemos melhorias significativas.

O regulamento, foi aprovada agora esta alteração, porque havia algumas dúvidas, às vezes, porque alugamos o espaço aos fins de semana, muitas vezes, para festas de crianças e por aí fora, é uma fonte de receita da Junta. E depois, o que acontecia às vezes era que as pessoas não cumpriam o regulamento e deixavam aquilo tudo sujo, e às vezes não é estragar, mas estava sujo, e depois tínhamos que gastar dinheiro com a limpeza, e portanto, não estava nas condições adequadas.

Tivemos que especificar aí, não só a questão da sujidade, mas a utilização irregular, e tal, para as situações em que teremos que ficar com a caução, nesses casos em que aquilo não está em condições apropriadas – não está como estava. As pessoas, quando saírem, têm que deixar aquilo na situação como estava.

E portanto, foi mais por isso que estamos a fazer este regulamento, esta alteração, para não haver dúvidas, que às vezes estavam a existir.

Está aqui há tantos anos e não sabe onde é que é o Espaço Ecológico, é porque nunca foi à Junta de Freguesia. Mal sai da Junta tem um painel a dizer “Espaço Ecológico”, ali em frente. Está distraído.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

#### PONTO 7 – Apreciação e ratificação do Protocolo com a Associação Amigos Improváveis

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

#### PONTO 8 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Concurso Presépios de Natal 2023

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

---



PONTO 9 – Apreciação e ratificação do Regulamento Programa “Escolas com Voz” para o ano letivo 2023/2024

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do Regulamento do PsicoBelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 11 – Apreciação e ratificação do Regulamento Interno dos Campos de Férias – Infância, Jovens e Seniores

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

É um pedido de esclarecimento. Está referido na proposta que há esta necessidade de fazer esta separação entre o regulamento interno infância, jovens e seniores, por um lado, e depois, o regulamento pré-escolar – pelo que eu percebi, houve esta necessidade de fazer isto. E está referido no texto, dado que o campo de férias para crianças até aos cinco anos de idade não é elegível como campo de férias para efeitos de licenciamento do IPDJ.

Eu gostaria que explicassem um pouco mais pormenorizadamente o que é que mudou, porque alguma coisa terá sido mudada, e portanto, qual é que é a necessidade de haver esta alteração aos regulamentos.

**--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Não mudou nada, exceto que o nosso regulamento já previa os campos de férias pré-escolares, que, na realidade, não são alvo de licenciamento pelo IPDJ como são os outros campos.

E portanto, o que nós decidimos foi, para que não houvesse, de futuro, qualquer problema com os licenciamentos dos campos de férias pelo IPDJ, separar. E assim, no próximo ano, quando for, não vá alguém do IPDJ se lembrar que está lá escrito “pré-escolar”, e não pode estar.

Foi só isso, esse é o motivo.

Há uma segunda alteração que é feita, já agora, que tem a ver com as consequências das pessoas que faltam aos campos de férias. Temos observado em alguns momentos que há pessoas que se inscrevem para os quinze dias, por exemplo, dos campos de férias de verão, vêm a primeira semana, e depois não vêm na segunda. Obviamente, as pessoas já sabem que isso vai acontecer, e acabam por não ter consequências, e com isso estão a tirar a vez a crianças que podiam ir os quinze dias.

E portanto, o que nós estamos aí a prever é que quem faça isto – porque as faltas já estavam previstas, mas não tinham consequências – quem faça isso possa ser “penalizado” – entre aspas – com, por exemplo, se está inscrito no turno a seguir, não vai no turno a seguir.

De facto, este ano verificámos muitas pessoas, até mais ao nível dos jovens, em que isto acontecia, e achamos que não é justo, para já porque a Junta está a pagar – está a pagar autocarros, está a pagar refeições, está a pagar seguros, está a pagar atividades – que depois os pais entendem que não vão mais. E pronto, a Junta paga.

Portanto, haver aqui uma “moralização” – entre aspas – uma penalização para quem faz isso. E há, de facto, alguns que inscrevem, sabendo já à partida que não é para os quinze dias, apesar de as regras dizerem isso.

São essas as duas alterações que há.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

#### PONTO 12 – Apreciação e ratificação do Regulamento Interno do Campo de Férias Pré-Escolar

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

#### PONTO 13 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental

##### **--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Tínhamos uma questão. Tal como a proposta explicita, e é clara nisso, este protocolo é complementar a um protocolo existente entre esta mesma associação e a Câmara Municipal de Lisboa, protocolo esse com a Câmara que tem um valor de cerca de 150.000€, para três anos, o que, fazendo uma conta de merceeiro, dará cerca de dois mil e poucos euros por freguesia – isto é só meramente curiosidade.

E este protocolo que aqui a Câmara está a propor é um protocolo com 3.000€.

A única questão é se não há aqui o risco de duplo financiamento, ou se aquilo que é protocolado com a Câmara é diferente daquilo que está a ser protocolado com a Junta de Freguesia, porque o objeto me parece ser o mesmo.

##### **--- João Carvalhosa (Vogal) ---**

Não há nenhuma duplicação; uma coisa é o protocolo que a Animalife tem com a Câmara, outra coisa é como já tem, julgo que até com a maior parte das Juntas de Lisboa. Portanto, há um enquadramento que lá a Câmara tem, e o nosso é outro, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Nós temos aqui a identificação das famílias carenciadas que têm animais de estimação, referenciamos essas famílias à Animalife, e a Animalife faz a esterilização, as vacinas, etc., dessas famílias, num espaço que também será indicado por nós.

Portanto, não há aqui duplicações.

**--- Presidente do Executivo ---**

É um apoio mais que estamos a fazer através das nossas assistentes sociais, que veem essas pessoas que têm essas necessidades específicas, e é um apoio que se está a dar a essas pessoas. Com os animais acontece muito, as pessoas gostam muito de animais, têm os animais, mas estão com próprias dificuldades, às vezes, para comer, quanto mais para dar comida aos cães, ou cuidá-los. Portanto, é um apoio. Os animais de companhia cada vez são mais importantes na vida das pessoas, hoje em dia.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 14 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

*Não se registaram intervenções.* -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2023 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....

Presidente da Assembleia de Freguesia

.....  
1º Secretário

.....  
2ª Secretária